

**CONSTRUTORA TENDA S.A.**  
CNPJ/ME nº 71.476.527/0001-35  
NIRE 35.300.348.206

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**RELATIVA À**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA  
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021**

## INDÍCE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	4
2. SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL.....	5
3. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.....	6
3.1. Via Digital.....	6
3.2. Procuração Física .....	7
3.3. Pedido Público de Procuração .....	7
3.4. Boletim de Voto à Distância .....	7
3.5. Esclarecimentos Adicionais .....	9
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO .....	10
4.1. Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. 10	
4.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. ....	10
4.3. Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos artigos 15 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, seus membros. 11	
4.4. Deliberar sobre proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021. <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
4.5. Instalação do Conselho Fiscal .....	15
Edital de Convocação.....	17
Anexo I.....	19
Anexo II.....	254
Anexo III .....	57
Anexo IV.....	103

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caro Acionista,

É com muito prazer que o convidamos a participar da Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia” ou “AGO”) da Construtora Tenda S.A. (“Tenda” ou “Companhia”), a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Zoom, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), cujo Edital de Convocação será oportunamente publicado nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “O Estado de São Paulo” (“Edital de Convocação”). Os assuntos a serem deliberados na AGO estão descritos no Edital de Convocação constante da presente Proposta da Administração, que tem o objetivo de fornecer as informações necessárias para que você possa exercer plenamente o seu direito de voto na Assembleia.

Em razão das medidas relacionadas à contenção da pandemia da covid-19, em especial o Decreto nº 65.563, de 11 de março de 2021, que restringe a circulação de pessoas no âmbito do Estado de São Paulo, recomendamos fortemente que os senhores acionistas participem da Assembleia de forma não presencial, por intermédio dos meios colocados à sua disposição pela Companhia (seja por meio do Boletim de Voto (conforme abaixo definido) seja por meio da participação virtual).

Na Assembleia ora convocada, contaremos com a presença remota de representantes da administração da Companhia, bem como de representante dos Auditores Independentes da Companhia, que poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos acionistas.

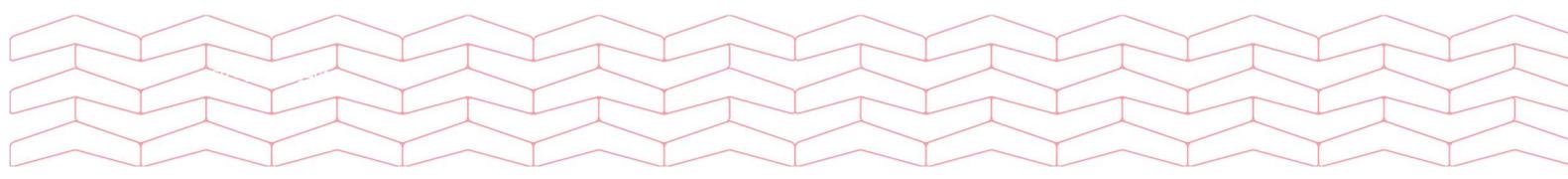
Aproveitamos o ensejo para, neste documento, apresentar toda a documentação de suporte necessária para voto, em atendimento aos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 481.

Ainda, lembramos que a área de Relações com Investidores da Tenda está à disposição para dirimir eventuais dúvidas em relação às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia ora convocada, bem como a respeito dos procedimentos necessários à sua participação por intermédio do telefone (+55 11) 3111-9909 e pelo e-mail [ri@tenda.com](mailto:ri@tenda.com).

A participação efetiva dos acionistas na Assembleia é de extrema importância. É a oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas para uma tomada de decisão consciente.

Contamos com a sua presença e participação.

A Administração



## 2. SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia ora convocada terá seu Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo, nos termos e nos prazos previstos no disposto no Artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.

O Edital de Convocação, transcrito na presente Proposta da Administração, enumera expressamente na Ordem do Dia todas as matérias a serem deliberadas.

As assembleias, convocadas e instaladas de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, têm poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, observadas as matérias constantes na Ordem do Dia, conforme previstas no respectivo edital de convocação.

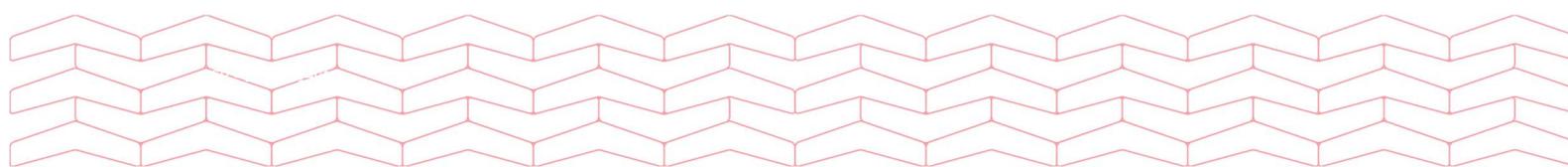
A Companhia realiza sua assembleia geral ordinária, nos prazos estabelecidos em lei, para tratar das matérias definidas na Lei das Sociedades por Ações.

As Assembleias serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por acionista que a assembleia geral indicar, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar entre os presentes o secretário.

De acordo com o Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação, instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas.

A assembleia geral que deliberar sobre a alteração do Estatuto Social, nos termos do Artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações, instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital votante, podendo instalar-se em segunda convocação com qualquer número de acionistas.

Ressalvadas as exceções previstas em lei e no Regulamento do Novo Mercado, o quórum mínimo de deliberação em assembleia é da maioria de votos dos acionistas presentes, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) voto dos presentes, desconsideradas as abstenções legais, os votos nulos e em branco, observado ainda o disposto nos parágrafos 8º e 9º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações com relação aos votos proferidos por acionistas vinculados a acordo de acionistas arquivados junto à sede social.



### 3. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A participação na AGO poderá ocorrer das seguintes formas:

#### 3.1. Via Digital

A Assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital Zoom.

Os acionistas ou seus representantes legais, conforme o caso, que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Departamento de Relações com Investidores ([ri@tenda.com](mailto:ri@tenda.com)) **até 2 (dois) dias antes da Assembleia** (i.e. até o dia 28 de abril de 2021), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis: **(a)** extrato atualizado contendo sua posição acionária, emitido no máximo 2 (dois) dias úteis antes da Assembleia; **(b)** no caso de pessoa física, documento oficial, com foto, que comprove sua identidade; ou **(c)** no caso de pessoa jurídica, estatuto social/contrato social e os demais documentos societários que comprovem a sua representação legal. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e os demais documentos societários que comprovem os poderes de representação. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da AGO deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária, pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia. O acesso via Zoom estará restrito a acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima (“Acionistas Credenciados”).

Recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados pelos Acionistas Credenciados, a Companhia enviará convites individuais para admissão e participação na Assembleia aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). As credenciais de acesso recebidas pelos Acionistas Credenciados ou seus procuradores e representantes serão pessoais e intransferíveis. Caso um Acionista Credenciado não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia pelos telefones +55 11 3111-9909 com no mínimo 1 hora de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma digital Zoom com antecedência de, no mínimo, 30 minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas Credenciados. A Companhia também sugere que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a ferramenta Zoom para evitar problemas com a sua utilização no dia da

Assembleia, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a plataforma, principalmente o uso de recursos de áudio e vídeo.

Em cumprimento ao artigo 21-C, §1º, II, da Instrução CVM 481, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas Credenciados que acessem a plataforma Zoom para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do Zoom com equipamento do acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista Credenciado na Assembleia.

Os Acionistas Credenciados que participarem da Assembleia via Zoom, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 21-V, III, da Instrução CVM 481.

### **3.2. Procuração Física**

Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação do acionista na AGO, na forma do artigo 126, da Lei das .S.A, sejam excepcionalmente enviados até 28 de abril de 2021, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio de correio eletrônico para o e-mail [ri@tenda.com](mailto:ri@tenda.com), para verificação da regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, conforme procedimentos acima. O procurador deverá comparecer à Assembleia digital munido de: **(a)** documento oficial, com foto, que comprove sua identidade; **(b)** procuração original; e **(c)** os documentos do(a) acionista em questão, conforme detalhado no item 1 acima.

### **3.3. Pedido Público de Procuração**

Os pedidos públicos de procuração devem ser acompanhados da minuta de procuração, bem como das informações e demais documentos exigidos pela Instrução CVM 481, especialmente em seu anexo 23, e entregues excepcionalmente, por meio de correio eletrônico para o e-mail [ri@tenda.com](mailto:ri@tenda.com) aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. A Companhia e seus administradores não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas. A Companhia atenderá ao pedido em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do pedido público de procuração formulado pelos Acionistas.

### **3.4. Boletim de Voto à Distância**

Os acionistas poderão enviar boletins de voto à distância ("Boletim de Voto") por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou diretamente à Companhia, a partir da presente data e até 23 de abril de 2021.

O voto à distância poderá ser exercido pelos acionistas das seguintes formas:

(a) Por instruções de voto enviadas para os seus respectivos agentes de custódia, que divulgarão, dentro dos prazos regulamentares, o mapa consolidado de votação para a Companhia e mercado. Os acionistas deverão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para seus respectivos agentes de custódia em até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 23 de abril de 2021 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia;

(b) Por instruções de voto enviadas para instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, que divulgará, dentro dos prazos regulamentares, o mapa consolidado de votação para a Companhia e mercado. Os acionistas deverão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia em até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 23 de abril de 2021 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido pela instituição financeira depositária; ou

(c) Por meio do Boletim de Voto enviado diretamente à Companhia, excepcionalmente por meio de correio eletrônico para o e-mail [ri@tenda.com](mailto:ri@tenda.com) aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Na hipótese de envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, os acionistas deverão enviar juntamente com o Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado, a documentação indicada no item 1 acima, até 7 (sete) dias antes da data da AGO, ou seja, até 23 de abril de 2021 (inclusive). A Companhia ressalta que, de maneira estritamente excepcional, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Caso haja divergência entre eventual Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo depositário central com relação a um mesmo número de inscrição no CPF/ME ou CNPJ/ME, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, os acionistas poderão alterar a suas instruções de voto quantas vezes entenderem necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, os acionistas não poderão alterar as instruções de voto já enviadas. Caso os acionistas julguem que a alteração seja necessária, eles deverão participar pessoalmente da AGO, portando os documentos exigidos pela Companhia para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição -- como, por exemplo, na hipótese de uma parte da posição do acionista estar custodiada no banco escriturador e outra parte junto a um agente de custódia, ou, ainda, na hipótese das ações estarem custodiadas junto a mais de uma agente de custódia -- devem enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total das ações dos respectivos acionistas.

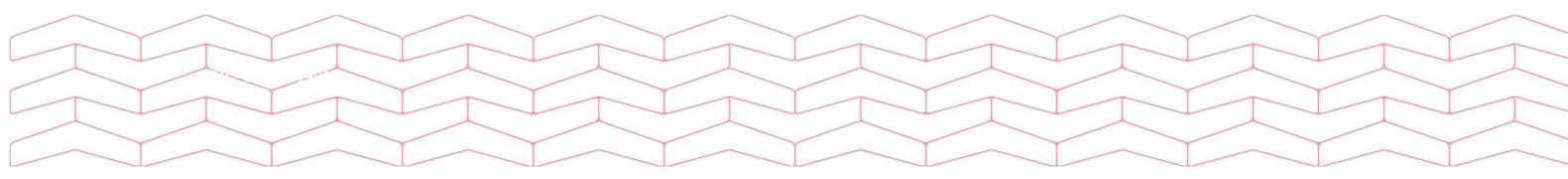
O boletim de voto à distância estará também disponível na sede social da Companhia (conforme endereço indicado no item 2 acima), no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.tenda.com>), bem como nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos: **(a)** que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa (relativa a outros países que não o Brasil), inglesa ou espanhola; ou **(b)** que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Os acionistas serão comunicados do recebimento da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade, nos termos da Instrução CVM 481. Os Boletins de Voto incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária e/ou entregues fora do prazo serão desconsiderados e o respectivo acionista será comunicado.

### **3.5. Esclarecimentos Adicionais**

Para maiores informações, a área de Relações com Investidores da Tenda está à disposição para qualquer esclarecimento adicional, pelo telefone (+55 11) 3111-9909 e pelo e-mail [ri@tenda.com](mailto:ri@tenda.com).



#### 4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos, a seguir, a proposta da administração ("Proposta") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Construtora Tenda S.A. ("AGO" ou "Assembleia" e "Companhia", respectivamente) a ser realizada, em primeira convocação, havendo quórum, no dia 30 de abril de 2021, às 10:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Zoom, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), cujo Edital de Convocação será oportunamente publicado no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "O Estado de São Paulo":

##### **4.1. Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.**

As demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual da administração, do parecer dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal ("Demonstrações Financeiras"), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, publicadas no dia 12 de março de 2021 no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "O Estado de São Paulo", foram aprovadas, sem quaisquer ressalvas, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Auditoria, em suas respectivas reuniões, realizadas em 11 de março de 2021, cujas atas estão disponíveis para consulta, juntamente com as Demonstrações Financeiras, na página de relações com investidores da Companhia (ri.tenda.com), na página da CVM (www.cvm.gov.br), na página da B3 (www.b3.com.br) e na sede da Companhia.

Ademais, os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, conforme artigo 9º, III da Instrução CVM 481, estão disponíveis para consulta dos acionistas no **Anexo II** da presente Proposta.

A Companhia propõe que os acionistas aprovem integralmente e sem ressalvas as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

##### **4.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.**

O lucro líquido da Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ **200.318.717,95**. A Administração da Companhia propõe que ele seja destinado conforme segue:

<b>Destinação</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Reserva Legal	10.015.935,90
Dividendo Mínimo Obrigatório	47.575.695,51
Reserva de Investimentos	<b>142.727.086,54</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>200.318.717,95</b>

Em relação ao dividendo mínimo obrigatório que seria devido aos acionistas, no valor total de R\$47.575.695,51 (quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos), a Administração da Companhia propõe que a eles sejam imputados os valores distribuídos aos acionistas a título de dividendos intercalares ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme deliberações do Conselho de Administração da Companhia ocorridas em 24 de setembro de 2020, no valor de R\$ 13.743.650,00 (treze milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais) e em 05 de novembro de 2020, no valor de R\$16.743.493,61 (dezesseis milhões, setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos), totalizando R\$30.487.143,61 (trinta milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e um centavos), equivalentes a 16,02% (dezesseis inteiros e dois centésimos por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a 64,08% (sessenta e quatro inteiros e oito centésimos por cento) do valor que seria devido aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Dessa forma, uma vez aprovada a imputação dos valores já distribuídos ao dividendo mínimo obrigatório, restaria uma diferença de R\$ 17.088.551,90 (dezessete milhões, oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa centavos) a ser paga aos acionistas a título de dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481 estão disponíveis para consulta dos acionistas no **Anexo I** da presente Proposta.

#### **4.3. Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos artigos 15 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, seus membros.**

O artigo 15 do Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 05 (cinco), e, no máximo, 07 (sete) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, podendo ser eleitos suplentes.

Considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia se iniciou na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2019, faz-se necessária uma nova eleição para o mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em razão disso, a Administração da Companhia propõe que o número de membros do Conselho de Administração da Companhia seja fixado em 7 membros efetivos, sem a eleição de suplentes, para o mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Neste sentido, a Companhia propõe que sejam reeleitos os seguintes membros:

**Membros Efetivos:** *Claudio José Carvalho de Andrade;*  
*Maurício Luis Luchetti;*  
*Mario Mello Freire Neto;*  
*Flavio Uchôa Teles de Menezes; e*  
*Rodolpho Amboss.*

Ainda, a Companhia propõe que sejam eleitos os seguintes membros para compor o Conselho de Administração:

**Membros Efetivos:** *Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves; e*  
*Michele Corrochano Robert.*

Os detalhes sobre os indicados encontram-se descritos no **Anexo IV** da presente Proposta da Administração, o qual contempla as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, em atendimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481 e conforme previsto no Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2021.

#### **4.4. Deliberar sobre proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021.**

Para o exercício **de 2021**, a administração da Companhia propõe a remuneração anual global dos membros da administração da Companhia no valor de até R\$ 50.356.696,00 (cinquenta milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), nos termos do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

A tabela abaixo demonstra as diferenças entre os valores aprovados e efetivamente gastos com a remuneração dos administradores da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como a diferença entre esses valores e o valor proposto para a remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021.

<b>Valor</b>	<b>Aprovado 2020</b>	<b>Efetivo 2020</b>	<b>Proposto 2021</b>
Total	R\$ 41.538.820	R\$ 32.068.328	R\$ 50.356.696

A remuneração anual global máxima proposta para 2021 (de até R\$ 50.356.696) é 21% superior à aprovada para 2020 e 57% superior à remuneração global efetiva de 2020.

A Tenda acredita no modelo onde todos os seus diretores são estatutários, assumindo uma posição de maior responsabilidade na empresa. Por isso, diferente do padrão de mercado, não temos uma organização com Diretores estatutários e não estatutários, portanto todos os administradores da companhia são estatutários, ou seja, assumem uma posição de maior responsabilidade, sendo responsáveis pela sustentabilidade e perenidade da organização.

Tivemos uma reorganização na macro estrutura Tenda para 2021. Com o objetivo de blindar o On-Site Business e acelerar novas avenidas de crescimento, reorganizamos as estruturas em três frentes: On-Site Business, Off Site e Corporate development.

O crescimento de dois Diretores na estrutura para 2021 não estão em On-Site Business, são executivos direcionados para off site e Corporate development.

No total Compensation da remuneração global dos administradores (Salário Base, Incentivo de Curto-Prazo e Incentivo de Longo-Prazo), estamos crescendo 21% em relação ao aprovado 2020. Se considerarmos o realizado para 2020 este percentual sobe, pois foi um ano atípico em termos de remuneração visto que houve redução dos salários dos administradores por 3 meses e o Incentivo de Curto-Prazo ficou em 19% do target aprovado em 2020, sendo que no histórico de 2018 e 2019 tivemos o atingimento aproximado médio respectivamente de 71% e 73%. Este contexto se deu em razão da pandemia causada pelo covid19.

A partir de 2021 teremos um ajuste contábil referente a provisão de Incentivo de Longo-Prazo; esta mudança ocorrerá pelo recálculo do atingimento do programa de outorga de ações restritas de 2019 e trará um impacto de 4,9 MM de acréscimo na remuneração global dos administradores.

A Tabela abaixo resume os principais impactos relacionados:

	<b>2020 Previsto</b>	<b>2020 Realizado</b>	<b>2021 Previsto</b>
<b>Total</b>	<b>41.538.820</b>	<b>32.068.328</b>	<b>50.356.696</b>
<i># Membros</i>	24,83	24,75	26,75
<i>Remuneração Fixa</i>	11.796.725	10.880.364	13.746.015
<i>Outros (INSS)</i>	2.272.703	2.202.787	2.749.203
<i>Participação nos resultados</i>	9.843.300	1.919.099	11.318.300
<i>Remuneração baseada em ações</i>	13.366.787	15.817.640	20.949.724
<i>Outros (INSS)</i>	2.673.357	-	-
<i>Benefícios</i>	1.585.947	1.248.436	1.593.454
<b>Conselho</b>	<b>5.648.830</b>	<b>4.838.008</b>	<b>5.371.771</b>
<i># Membros</i>	7,0	7,0	7,0
<i>Remuneração Fixa</i>	2.464.628	2.187.000	2.677.500
<i>Outros (INSS)</i>	443.633	367.200	535.500
<i>Participação nos resultados</i>	-	-	-
<i>Remuneração baseada em ações</i>	2.283.808	2.283.808	2.158.771
<i>Outros (INSS)</i>	456.762	-	-
<i>Benefícios</i>	-	-	-
<b>Conselho Fiscal</b>	<b>186.748</b>	<b>224.205</b>	<b>377.299</b>
<i># Membros</i>	3	3	3
<i>Remuneração Fixa</i>	186.748	186.838	314.415
<i>Outros (INSS)</i>	-	37.368	62.883
<i>Participação nos resultados</i>	-	-	-
<i>Remuneração baseada em ações</i>	-	-	-
<i>Outros (INSS)</i>	-	-	-
<i>Benefícios</i>	-	-	-
<b>Total Diretoria</b>	<b>35.703.242</b>	<b>27.006.115</b>	<b>44.607.627</b>
<i># Membros</i>	14,83	14,75	16,75
<i>Remuneração Fixa</i>	9.145.350	8.506.527	10.754.100
<i>Outros (INSS)</i>	1.829.070	1.798.220	2.150.820

<i>Participação nos resultados</i>	9.843.300	1.919.099	11.318.300
<i>Remuneração baseada em ações</i>	11.082.979	13.533.832	18.790.953
<i>Outros (INSS)</i>	2.216.596	-	-
<i>Benefícios</i>	1.585.947	1.248.436	1.593.454
<b>Diretoria Executiva On-Site e CEO</b>	<b>22.671.699</b>	<b>17.239.470</b>	<b>21.700.975</b>
<i># Membros</i>	6,50	6,50	6,00
<i>Remuneração Fixa</i>	5.404.500	5.002.500	4.992.000
<i>Outros (INSS)</i>	1.080.900	1.000.500	998.400
<i>Participação nos resultados</i>	5.993.000	1.027.807	5.447.000
<i>Remuneração baseada em ações</i>	7.883.825	9.542.982	9.622.728
<i>Outros (INSS)</i>	1.576.765	-	-
<i>Benefícios</i>	732.708	665.681	640.847
<b>Diretoria Executiva Offsite e Corp. Development</b>	<b>4.040.328</b>	<b>2.960.081</b>	<b>9.965.692</b>
<i># Membros</i>	2,33	2,25	3,75
<i>Remuneração Fixa</i>	1.174.500	1.098.057	2.493.000
<i>Outros (INSS)</i>	234.900	316.526	498.600
<i>Participação nos resultados</i>	1.482.000	337.084	2.757.000
<i>Remuneração baseada em ações</i>	768.012	1.063.486	3.824.965
<i>Outros (INSS)</i>	153.602		
<i>Benefícios</i>	227.314	144.929	392.127
<b>Diretoria não-Executiva On-Site</b>	<b>8.991.216</b>	<b>6.806.564</b>	<b>12.940.960</b>
<i># Membros</i>	6,00	6,00	7,00
<i>Remuneração Fixa</i>	2.566.350	2.405.970	3.269.100
<i>Outros (INSS)</i>	513.270	481.194	653.820
<i>Participação nos resultados</i>	2.368.300	554.209	3.114.300
<i>Remuneração baseada em ações</i>	2.431.142	2.927.365	5.343.260
<i>Outros (INSS)</i>	486.228		
<i>Benefícios</i>	625.925	437.826	560.480

Para fins de análise desta matéria, as informações acerca da remuneração dos administradores conforme artigo 12, II, da ICVM 481, constam do **Anexo III** à presente Proposta.

#### **4.5. Instalação do Conselho Fiscal**

Tendo em vista que nos termos do artigo 38 do estatuto social da Companhia, o Conselho Fiscal não é permanente, não foram incluídas na ordem do dia deliberações acerca da eleição de seus membros e fixação da sua remuneração.

No entanto, haja vista a possibilidade de instalação do Conselho Fiscal mediante solicitação de acionistas detentores de ações representativas de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das S.A. e com base na Instrução CVM nº 324/00, os itens abaixo preveem a proposta da administração da Companhia sobre a indicação de chapa composta por membros titulares e suplentes e a fixação da remuneração que lhes será devida, se e conforme aplicável.

##### **(a) Indicação de membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia na hipótese de pedido de instalação do referido órgão.**

Nos termos dos artigos 38 e 39 do estatuto social da Companhia, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação.

Caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal, a administração da Companhia propõe a eleição da chapa composta pelos atuais membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, com mandato unificado até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, a saber:

**Membros Efetivos:** Jose Luiz Ribeiro de Carvalho  
Laercio Lampiasi  
Fábio Antônio Pereira

**Membros Suplentes:** Carlos Eduardo Parente De Oliveira Alves  
Edson Torquato da Silva  
Renato Justo Stivanin

Os candidatos da chapa indicada para compor o Conselho Fiscal encontram-se livres e desimpedidos para o exercício dos cargos, nos termos da lei, bem como atendem aos requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor.

Os detalhes sobre os indicados encontram-se descritos no **Anexo V** da presente Proposta, o qual contempla as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 10 da ICVM 481/09 e conforme previsto no Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2021.

##### **(b) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, caso aprovada a sua instalação**

Em consonância com o disposto no artigo 39, §1º, do estatuto social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia geral que os eleger.

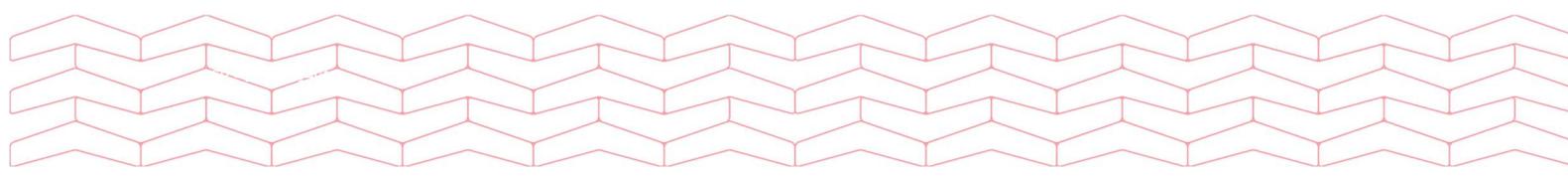
Neste sentido, a administração propõe que seja aprovada a proposta de remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivalente a 10% (dez por cento) da

remuneração média atribuída a cada diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados, em atendimento ao disposto no artigo 162, §3º, da Lei das S.A.

Todos os documentos relativos à Assembleia encontram-se disponíveis na página de relações com investidores da Companhia ([ri.tenda.com](http://ri.tenda.com)), na página da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na página da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e na sede da Companhia.

São Paulo, 30 de março de 2021.

A Administração da Construtora Tenda S.A.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**CONSTRUTORA TENDA S.A.**  
CNPJ/ME nº 71.476.527/0001-35  
NIRE 35.300.348.206  
Companhia Aberta

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Construtora Tenda S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, havendo quórum, no dia 30 de abril de 2021, às 10:00 horas, a ser realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Zoom, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481"), conforme alterada pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020, tendo sido considerada como realizada na sede da Companhia, nos termos do artigo 4º, §3º, da Instrução CVM 481, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (ii) Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos artigos 15 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, seus membros; e
- (iv) Deliberar sobre proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**1 Documentos à Disposição dos Acionistas:** Permanece à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas na internet da Companhia ([ri.tenda.com](http://ri.tenda.com)); da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)); e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada.

**2. Legitimação e Representação:** Nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM 481, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia digital deverão enviar correio eletrônico para o e-mail [ri@tenda.com](mailto:ri@tenda.com) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (*i.e.* até o dia 28 de abril de 2021), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância e enviando os seguintes documentos: **(i)** extrato atualizado da conta de depósito das ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária emitido, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da Assembleia; e **(ii)** no caso de pessoa física, documento oficial, com foto, que

comprove sua identidade; ou no caso de pessoa jurídica, estatuto social/contrato social e os demais documentos societários que comprovem a sua representação legal. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e os demais documentos societários que comprovem os poderes de representação. Na hipótese de representação por procuração, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante (outorgado há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações e das decisões do colegiado da CVM), conforme instruções constantes da Proposta da Administração referente à Assembleia ora convocada. A Companhia ressalta que, de maneira estritamente excepcional, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

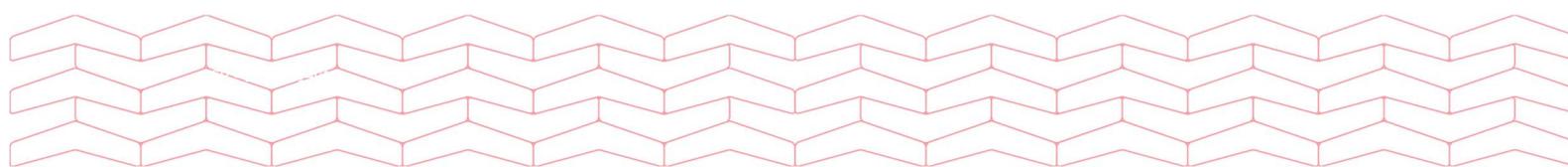
Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia.

A Companhia adotará o sistema de votação à distância nos termos da Instrução CVM 481, permitindo que seus acionistas participem da Assembleia ora convocada à distância, por meio do preenchimento e envio de boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Formulário de Referência da Companhia, da Proposta da Administração relativa à Assembleia ora convocada, bem como do próprio Boletim de Voto à Distância disponibilizado nesta data.

Conforme o disposto no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e nos artigos 1º e 3º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, acionistas representando pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia ora convocada.

São Paulo, 30 de março de 2021.

Claudio José Carvalho de Andrade  
Presidente do Conselho de Administração



## ANEXO I

### Proposta de destinação dos resultados do exercício para a AGO a ser realizada em 30 de abril de 2021

(conforme Artigo 9º, parágrafo único, II da Instrução CVM 481)

#### **1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ **200.318.717,95**.

#### **2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

O montante global dos dividendos (incluindo dividendos antecipados) equivale a R\$ 47.575.695,51, representando o valor de R\$ 0,49881182<sup>1</sup> por ação.

#### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O montante global dos dividendos – qual seja, R\$ 47.575.695,51 – corresponde exatamente a 25% (Vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 43 do estatuto social da Companhia, após a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no artigo 193, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) relativo ao dividendo mínimo obrigatório é calculado com base no saldo remanescente – ou seja, após a dedução dos valores destinados à reserva legal, que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ **190.302.782,05**).

#### **4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

#### **5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

##### **a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

---

<sup>1</sup> O valor do dividendo por ação foi calculado descontado o número de ações em tesouraria e, portanto, pode sofrer variações em razão de eventual alteração no número de ações em tesouraria.

Deduzidos os dividendos antecipados, o valor bruto dos dividendos remanescentes equivale a R\$**17.088.551,90**, representando o valor de R\$ 0,17916652<sup>2</sup> por ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos serão pagos sem a retenção do imposto de renda, até 30 de dezembro de 2021 (inclusive), mediante crédito automático em conta corrente, aos acionistas que possuírem o número de inscrição no CPF/CNPJ e os dados bancários (Banco/Agência/Conta Corrente) regularizados junto ao Banco Itaú S.A. Para os acionistas cujo cadastro no Banco Itaú S.A. estiver pendente de regularização, os dividendos serão pagos logo após a devida regularização cadastral.

No mais, os acionistas usuários das custódias fiduciárias terão seus dividendos disponibilizados conforme procedimentos definidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, até 30 de dezembro de 2021 (inclusive).

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos serão pagos sem qualquer atualização e/ou juros.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Caso a AGO seja realizada em primeira convocação, terão direito aos dividendos todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 30 de abril de 2021 e, caso a AGO seja realizada em segunda convocação, terão direito aos dividendos todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia no dia da realização da referida AGO.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

O valor total de R\$ 30.487.143,61 foi pago aos acionistas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a título de distribuição de dividendos intercalares, com base nos balanços trimestrais levantados pela Companhia.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Os pagamentos foram realizados nas seguintes datas: (i) 13.743.650,00 conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia em 24 de setembro de 2020; e (ii) 16.743.493,61 conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia em 05 de novembro de 2020, respectivamente.

---

<sup>2</sup> O valor do dividendo por ação foi calculado descontado o número de ações em tesouraria e, portanto, pode sofrer variações em razão de eventual alteração no número de ações em tesouraria.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

<b>Em Reais (R\$)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	200.318.717,95	263.543.678,24	200.291.668,72
Lucro (Prejuízo) líquido por ação	2,0549	2,727762741	1,9513

**b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

<b>Em milhares de Reais (R\$)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Dividendo mínimo obrigatório	47.575.695,51	62.591.623,58	38.327.164,72
Valor por ação	0,49881182 <sup>3</sup>	0,642116396 <sup>4</sup>	0,807185249

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado à constituição da reserva legal é de R\$ 10.015.935,90.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

O montante destinado à reserva legal corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, descontados os prejuízos acumulados dos anos anteriores, conforme tabela abaixo (valores em R\$):

	<b>Em Reais (R\$)</b>
Lucro do Exercício	<b>200.318.717,95</b>
5% Reserva Legal	10.015.935,90

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, todas as ações de emissão da Companhia são ordinárias.

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

<sup>3</sup> O valor do dividendo por ação foi calculado descontado o número de ações em tesouraria e, portanto, pode sofrer variações em razão de eventual alteração no número de ações em tesouraria.

<sup>4</sup> O valor do dividendo por ação foi calculado descontado o número de ações em tesouraria e, portanto, pode sofrer variações em razão de eventual alteração no número de ações em tesouraria.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Do lucro líquido do exercício, destinar-se-á: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no artigo 193, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (a) e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim, o dividendo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 será pago integralmente.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável. Não houve retenção do dividendo obrigatório.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

Não aplicável.

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

Não aplicável. Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável. Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

O valor total de R\$ **142.727.086,54**, equivalente a 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, será destinado à Reserva de Investimentos prevista no artigo 43, § 2º, "c", do estatuto social da Companhia.

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O artigo 43, § 2º, "c", do estatuto social da Companhia dispõe que uma importância equivalente a até 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, até que seja atingido o limite de 80% (vinte por cento) do capital social, poderá ser destinada à constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, participação em consórcios ou outras formas de associação para a realização do objeto social.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

O valor total de R\$ **142.727.086,54** será destinado à Reserva de Investimentos.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

O montante destinado à Reserva de Investimentos – qual seja, R\$ **142.727.086,54** – corresponde exatamente a 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

Não aplicável. Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

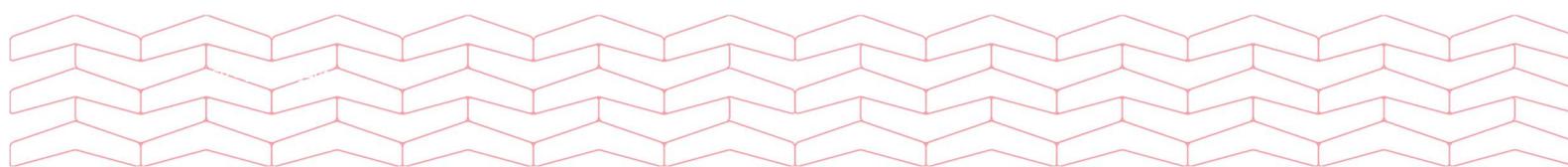
Não aplicável. Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.



## **Anexo II**

### Comentários dos Administradores

(Conforme artigo 9º, III da ICVM 481 - Seção 10 do Formulário de Referência)

#### **10.1. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais**

A discussão a seguir contém declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na Seção 4 e outros assuntos estabelecidos neste formulário de referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

#### **(a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

Em 2020, a Companhia consolidou sua posição de destaque no segmento de habitação popular no Brasil, com o lançamento de 18.120 unidades, 1,3% a mais do que em 2019. Em VGV (Valor Geral de Vendas), os lançamentos totalizaram R\$ 2,67 bilhões, crescimento de 3,5% com relação ao VGV lançado no ano anterior (R\$ 2,6 bilhão). O banco de terrenos encerrou o ano com VGV de R\$ 10,97 bilhões, 3,3% maior do que no ano anterior. Aquisições e ajustes totalizaram R\$ 3,02 bilhões no ano, 29,8% maior do que em 2019.

Em 2019, a Companhia consolidou sua posição de destaque no segmento de habitação popular no Brasil, com o lançamento de 17.894 unidades, 31,2% a mais do que em 2018. Em VGV (Valor Geral de Vendas), os lançamentos totalizaram R\$ 2,58 bilhões, crescimento de 34,6% com relação ao VGV lançado no ano anterior (R\$ 1,91 bilhão). O banco de terrenos encerrou o ano com VGV de R\$ 10,62 bilhões, 19,4% maior do que no ano anterior. Aquisições e ajustes totalizaram R\$ 4,30 bilhões no ano, 4,6% maior do que em 2018.

Com isso, a Companhia reitera seu compromisso de manter um banco de terrenos equivalente a três anos de lançamentos em cada uma das regiões de atuação, garantindo estabilidade operacional.

Em 2020, as vendas líquidas atingiram R\$ 2,6 bilhões, apresentando um crescimento de 25,2% na comparação com o ano de 2019, quando as vendas líquidas totalizaram R\$ 2,04 bilhão. A VSO líquida encerrou 2020 em 32,5% – ou seja, 4,5 pontos percentuais superiores a 2019 (28,0%). No ano, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 2,28 bilhão, representando um crescimento de 17,0% com relação a 2019, e margem bruta ajustada por juros capitalizados de 31,5%. O crescimento da receita líquida foi resultado de uma estratégia que aliou expansão geográfica com foco no bem-sucedido modelo de negócios da Companhia – a Companhia tem expandido para uma nova região metropolitana por ano desde 2017, quando chegou a 7 regiões com a entrada em Curitiba (PR); em 2018, a Companhia ampliou sua atuação para 8 regiões metropolitanas ao entrar em Goiânia (GO); e, em 2019, a Companhia chegou a 9 regiões metropolitanas ingressando em Fortaleza (CE). Em 2020, não tivemos entrada em nenhuma nova região metropolitana devido a Covid-19.

Em 2019, as vendas líquidas atingiram R\$ 2,04 bilhões, apresentando um crescimento de (i) 10,0% na comparação com o ano de 2018, quando as vendas líquidas totalizaram R\$ 1,85 bilhão; e (ii) 20,1% na comparação com o ano de 2017, quando as vendas líquidas totalizaram R\$ 1,55 bilhão. A VSO líquida encerrou 2019 em 28,0% – ou seja, 0,6 pontos percentuais inferiores a 2018 (28,6%).

Em 2020, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas de R\$ 154,4 milhões, um aumento de 31,9% com relação a 2019. As despesas gerais e administrativas representaram 6,8% da receita líquida em 2020, em comparação com 6,0% no ano anterior.

Em 2019, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas de R\$ 117,1 milhões, representando uma queda de 5,4% com relação a 2018. As despesas gerais e administrativas representaram 6,0% da receita líquida em 2019, em comparação com 7,4% no ano anterior. Em 2018, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas de R\$ 123,8 milhões, representando um crescimento de 30,2% com relação a 2017 (R\$ 95,2 milhões). As despesas gerais e administrativas representaram 7,4% da receita líquida em 2018, em comparação com 7,0% no ano anterior.

No ano, as despesas com vendas atingiram R\$ 200,6 milhões, representando um crescimento de 23,4% com relação a 2019. As despesas com vendas representaram 6,9% da receita líquida em 2020, em comparação com 7,3% no ano anterior. O indicador manteve-se resiliente aos patamares históricos com recorde de vendas impulsionado pela boa performance das vendas online.

Em 2019, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 1,95 bilhão, representando um crescimento de 16,0% com relação a 2018, e margem bruta ajustada por juros capitalizados de 35,0%. Em 2018, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 1,68 bilhão, representando um crescimento de 23,8% com relação a 2017 (R\$ 1,68 bilhão), e margem bruta ajustada por juros capitalizados de 36,3%.

A Companhia encerrou o ano de 2020 com lucro líquido de R\$ 199,7 milhões, que é 24,5% inferior ao resultado do ano anterior, quando o lucro líquido foi de R\$ 263,5 milhões, que é 31,6% superior ao resultado do ano anterior, reflexo da combinação do crescimento do lucro bruto e da redução nas despesas operacionais. Em 2018, o lucro líquido positivo de R\$ 200,3.

A tabela abaixo sumariza o desempenho dos principais indicadores operacionais e financeiros nos últimos três exercícios sociais:

R\$ milhões	2020	2019	2018
<b>Lançamentos (# unidades)</b>	18.120	17.894	13.636
<b>Lançamentos (VGV)</b>	2.665,2	2.575,1	1.912,7
<b>Banco de Terrenos (VGV)</b>	10.974,5	10.619,4	8.893,6
<b>Vendas Líquidas (VGV)</b>	2.553,5	2.039,6	1.854,8
<b>VSO Líquida (%)</b>	60,8%	56,3%	61,8%
<b>Receita Líquida</b>	2.282,4	1.950,1	1.681,3
<b>Margem Bruta Ajustada (%)</b>	32,2%	35,0%	36,3%
<b>Despesas com Vendas</b>	(200,6)	(162,5)	(145,3)
<b>Despesas Gerais e Administrativas (G&amp;A)</b>	(154,4)	(117,1)	(123,8)
<b>Lucro Líquido</b>	200,3	263,5	200,3
<b>Margem Líquida</b>	8,8%	13,5%	11,9%

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de -9,8%, ou seja, a Companhia encerrou o exercício social de 2020 com posição de caixa líquido.

#### (b) estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta todo o valor utilizado pela Companhia para financiar suas operações (capitalização total), segregado entre capital de terceiros (passivo circulante e não-circulante) e capital próprio (patrimônio líquido), expresso tanto em termos reais quanto em termos percentuais, para cada exercício social indicado:

R\$ milhares	2020	2019	2018
<b>Capital de Terceiros</b>	2.718.598	2.126.776	1.417.265
<b>Capital Próprio</b>	1.518.121	1.351.709	1.203.774
<b>Capitalização Total</b>	<b>4.236.719</b>	<b>3.478.485</b>	<b>2.621.039</b>
<b>Capital de Terceiros (% do total)</b>	64,2%	61,1%	54,1%
<b>Capital Próprio (% do total)</b>	35,8%	38,9%	45,9%

A administração acredita que a estrutura de capital medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia apresentou, nos períodos indicados, uma estrutura de capital equilibrada.

### (c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia fechou o ano de 2020 com uma posição de caixa líquido (dívida líquida negativa) de R\$ 148,3 milhões, com uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1,31 bilhão, frente a uma dívida bruta total de R\$ 1.157 bilhão, uma relação negativa de dívida líquida sobre patrimônio líquido de 9,8%.

Do montante de R\$ 1.157 bilhão correspondentes à dívida total da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

A tabela abaixo sumariza a posição de caixa bruto, dívida bruta, dívida por tipo e dívida líquida nos últimos três exercícios sociais:

R\$ milhões	2020	2019	2018	2017
<b>Caixa total</b>	1.305,5	1.070,5	855,6	497,7
<b>Dívida bruta</b>	(1.157,1)	(870,4)	(542,5)	(270,2)
<b>Financiamento à Construção (SFH)</b>	(0,17)	(60,0)	(103,3)	(92,4)
<b>Demais formatos de captação</b>	(1.157,0)	(810,4)	(439,2)	(177,8)
<b>Caixa líquido (dívida líquida)</b>	<b>148,3</b>	<b>200,0</b>	<b>313,1</b>	<b>227,6</b>

Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, refletidas ou não no balanço patrimonial, os Diretores acreditam haver liquidez adequada para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas nesta data.

Caso se entenda necessário, a Companhia possui estrutura e capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Na data deste formulário de referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de financiamentos de terceiros, incluindo as emissões de debêntures.

Ao final de 2020, a Companhia não tinha dívidas SFH e não fez captação de nenhum instrumento financeiro de dívida ao longo do ano.

Em 2019, a Companhia encerrou o ano com R\$ 60,0 milhões em SFH, uma redução de 41,9% em relação a 2018. Foram realizadas duas emissões de debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 150.000.000,00 e de R\$ 200.000.000,00.

Em 2018, a Companhia encerrou o ano com R\$ 103,3 milhões em SFH, um incremento de 11,8% em relação a 2017. Foi realizada uma emissão de debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 150.000.000,00.

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Para financiar o capital de giro, a Companhia tem acesso ao crédito imobiliário concedido pelo agente financeiro no momento da contratação dos empreendimentos dentro do Sistema de Financiamento Imobiliário ("SFH"), com recursos oriundos do FGTS. Em 2019, a taxa de juros desta linha de financiamento foi equivalente a TR + 8,30% ao ano. Com a redução da taxa de juros básica da economia brasileira, a Companhia reduziu a utilização da linha e aumentou a captação de recursos no mercado de capitais de renda fixa, com o uso de instrumentos como debêntures e CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários). Para o caso de deficiências de liquidez, a Companhia pode retomar o financiamento imobiliário dentro do SFH, pode acessar o mercado de capitais de renda fixa ou estruturar dívidas bancárias com os principais agentes financeiros nacionais. Ao final de 2020, a Companhia não tinha dívidas SFH.

**(f) níveis de endividamento e características das dívidas**

*(i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes*

A tabela abaixo resume as características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2020:

<b>R\$ milhões</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa (a.a.)</b>	<b>Saldo Devedor</b>
<b>CRI</b>	Até 01/2021	CDI + 0,90%	321,2
<b>Debênture</b>	Até 09/2023	CDI + 1,75%	151,7
<b>Debênture</b>	Até 03/2024	CDI + 1,40%	150,9
<b>Debênture</b>	Até 12/2024	CDI + 1,30%	198,8
<b>Financiamento bancário</b>	Até 03/2024	CDI + 3,15%	334,5
<b>Total:</b>			<b>1.157,1</b>

A tabela abaixo resume as características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2019:

<b>R\$ milhões</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa (a.a.)</b>	<b>Saldo Devedor</b>
<b>CRI</b>	Até 01/2021	CDI + 0,90%	306,4
<b>Debênture</b>	Até 09/2023	CDI + 1,75%	153,5
<b>Debênture</b>	Até 03/2024	CDI + 1,40%	152,3
<b>Debênture</b>	Até 12/2024	CDI + 1,30%	198,3
<b>SFH<sup>1</sup></b>	Até 12/2023	TR + 8,30%	60,0
<b>Total:</b>			<b>870,4</b>

<sup>1</sup> É representado pelos financiamentos tomados juntos à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil com o objetivo de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas, coligadas. Estes contratos possuem garantias reais representadas pela hipoteca do terreno e pela cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis. Os recursos são liberados mediante a comprovação de evolução física e financeira de obras, sua amortização ocorre durante o período de repasse na planta e após a entrega. Após o período de obras e caso o contrato não esteja quitado, inicia-se um cronograma de amortizações.

A tabela abaixo resume as características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2018:

<b>R\$ milhões</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa (a.a.)</b>	<b>Saldo Devedor</b>
<b>CRI</b>	Até 01/2021	CDI + 0,90%	285,1
<b>Debênture</b>	Até 09/2023	CDI + 1,75%	152,6
<b>CCB</b>	Até 06/2019	Variação INCC-DI	1,5
<b>SFH<sup>1</sup></b>	Até 12/2022	TR + 8,30% a 9,50%	103,3
<b>Total:</b>			<b>542,5</b>

*(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas destacadas no item (i) acima.

*(iii) Grau de subordinação entre as dívidas*

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as dívidas da Companhia podem ser segregadas de acordo com a natureza de suas garantias, conforme abaixo:

R\$ milhões	2020	2019	2018	2017
<b>Dívida bruta</b>	<b>(1.157,1)</b>	<b>(870,4)</b>	<b>(542,5)</b>	<b>(270,2)</b>
<b>Dívida com Garantia Real</b>	(0,17)	(60,0)	(104,8)	(116,2)
<b>Dívida com Garantia Flutuante</b>	-	-	-	-
<b>Dívida Quirografária</b>	(1.157,0)	(810,4)	(437,7)	(154,0)

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

*(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições*

A Companhia é signatária de contratos que possuem cláusulas restritivas próprias da natureza das operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Cabe destacar que as debêntures emitidas pela Companhia possuem restrições relacionadas à observância, durante o período de vigência das debêntures, de "índices financeiros", conforme abaixo destacados:

No último exercício social, a Companhia cumpriu o indicador financeiro exigido pela 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (série única, no valor total de R\$270.000 mil), conforme demonstrado a seguir:

	2020
<b>O índice de alavancagem líquida, calculado pelo total de dívida líquida corporativa (ex-financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH ou similares) dividido pelo patrimônio líquido, não deve exceder a 50%</b>	-9,8%

No último exercício social, a Companhia também cumpriu o indicador financeiro exigido pela (i) 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, de série única no valor total de R\$ 150.000 mil; (ii) 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (série única, no valor total de R\$ 150.000 mil); e (iii) 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações (série única, no valor total de R\$ 200.000 mil); conforme demonstrado a seguir:

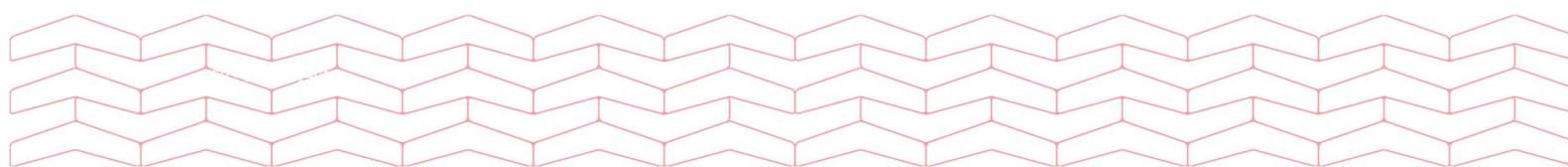
	2020
<b>O índice de alavancagem líquida, calculado pelo total de dívida líquida corporativa (ex-financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH ou similares) dividido pelo patrimônio líquido, não deve exceder a 15%</b>	-9,8%

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não estava descumprindo quaisquer cláusulas contratuais que impunham restrições de caráter obrigacional (*covenants* negativos).

**(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

A modalidade de financiamento à construção, contratada pela Companhia no âmbito do SFH, tem seus recursos destinados às obras dos empreendimentos a que se referem. Os recursos contratados são liberados à Companhia conforme avanço físico-financeiro das obras. Além disso, a Companhia pode fazer uso de outras fontes de financiamentos, como Cédulas de Créditos Bancários, liberados à Companhia no momento da contratação.

**(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**



## Demonstração do Resultado Consolidado da Companhia

R\$ Milhares	2020	2019	2018	Análise Vertical 2020	Análise Horizontal 2020x2019	Análise Vertical 2019	Análise Horizontal 2019x2018	Análise Vertical 2018
<b>Receita operacional líquida</b>	2.282.369	1.950.098	1.681.254	<b>100,0%</b>	<b>17,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>16,0%</b>	<b>100%</b>
<b>Custos operacionais</b>	-1.572.011	-1.302.023	-1.095.424	<b>-68,9%</b>	<b>20,7%</b>	<b>-66,8%</b>	<b>18,9%</b>	<b>-65,2%</b>
<b>Lucro bruto operacional</b>	<b>710.358</b>	<b>648.075</b>	<b>585.830</b>	<b>31,1%</b>	<b>9,6%</b>	<b>33,2%</b>	<b>10,6%</b>	<b>34,8%</b>
<b>Despesas com vendas</b>	-200.588	-162.525	-145.288	<b>-8,8%</b>	<b>23,4%</b>	<b>-8,3%</b>	<b>11,9%</b>	<b>-8,6%</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	-154.424	-117.117	-123.846	<b>-6,8%</b>	<b>31,9%</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-5,4%</b>	<b>-7,4%</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	-480	3.239	618	<b>0,0%</b>	<b>-114,8%</b>	<b>0,2%</b>	<b>424,1%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Outras receitas/(despesas), líquidas</b>	-90.218	-80.941	-97.954	<b>-4,0%</b>	<b>11,5%</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-17,4%</b>	<b>-5,8%</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e do imposto de renda e contribuição social</b>	264.648	290.731	219.360	<b>11,6%</b>	<b>-9,0%</b>	<b>14,9%</b>	<b>32,5%</b>	<b>13,0%</b>
<b>Despesas financeiras</b>	-55.638	-52.439	-34.377	<b>1,4%</b>	<b>-162,1%</b>	<b>-2,7%</b>	<b>52,5%</b>	<b>-2,0%</b>
<b>Receitas financeiras</b>	32.567	61.241	42.883	<b>-2,4%</b>	<b>-190,9%</b>	<b>3,1%</b>	<b>42,8%</b>	<b>2,6%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>241.577</b>	<b>299.533</b>	<b>227.866</b>	<b>10,6%</b>	<b>-19,3%</b>	<b>15,4%</b>	<b>31,5%</b>	<b>13,6%</b>
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	-37.244	-31.265	-24.641	<b>-1,6%</b>	<b>19,1%</b>	<b>-1,6%</b>	<b>26,9%</b>	<b>-1,5%</b>
<b>(Despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferido</b>	-4.613	-3.855	-1.879	<b>-0,2%</b>	<b>19,7%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>105,2%</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Total de (despesas) receitas com impostos</b>	-41.857	-35.120	-26.520	<b>-1,8%</b>	<b>19,2%</b>	<b>-1,8%</b>	<b>32,4%</b>	<b>-1,6%</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>199.720</b>	<b>264.413</b>	<b>201.346</b>	<b>8,8%</b>	<b>-24,5%</b>	<b>13,6%</b>	<b>31,3%</b>	<b>12,0%</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível à participação de acionistas não controladores</b>	-597	869	1.054	<b>0,0%</b>	<b>-168,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-17,6%</b>	<b>0,01%</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível a controladora</b>	<b>200.317</b>	<b>263.544</b>	<b>200.292</b>	<b>8,8%</b>	<b>-24,0%</b>	<b>13,5%</b>	<b>31,6%</b>	<b>11,9%</b>

*Resultados Operacionais referentes ao exercício de 2020 comparados com 2019:*

#### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida encerrou o ano de 2020 totalizando R\$ 2,28 bilhão, em relação aos R\$ 1,95 bilhão no período anterior, representando um aumento de 17,0%. Em 2020, a receita líquida foi influenciada pelo recorde de repasses registrados em 2020.

#### Custos de Incorporação e Vendas de Imóvel

Os custos de incorporação e vendas de imóvel e permuta física em 2020 totalizou R\$ 1,57 bilhão, em comparação com R\$ 1,30 bilhão no mesmo período findo em 2019, representando um aumento de 20,7%. O aumento veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia.

#### Resultado Bruto

O lucro bruto no ano de 2020 foi de R\$ 710,4 milhões, em comparação com R\$ 648,1 milhões em 2019, representando um aumento de 9,6%. A margem bruta sofreu variação negativa de 2,1 pontos percentuais em comparação com os 33,2% em 2019, encerrando 2020 em 31,1%. A redução na margem ao longo do ano foi impactada negativamente pelos efeitos da pandemia.

#### Despesas com Vendas

No acumulado de 2020, as despesas com vendas somaram R\$ 2006 milhões, tendo sido 23,4% maior do que no ano anterior, representando 6,9% das vendas brutas no ano - ou seja, uma queda de 0,4 pontos percentuais em relação a 2019 devido aos recordes registrados em vendas ao longo do ano.

#### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 146,4 milhões em 2020 frente a R\$ 117,1 milhões em 2019, representando um aumento de 25%. O aumento do G&A decorre, principalmente, da necessidade de medidas urgentes tomadas durante a pandemia do Covid-19, principalmente com TI.

#### Demais Despesas Operacionais

A conta de outras receitas e despesas operacionais totalizou R\$ 67,1 milhões em 2020, representando um aumento de 11,0% em comparação a 2019 (R\$ 60,5 milhões).

#### Resultado de Equivalência Patrimonial

Os resultados de equivalência patrimonial totalizaram valor negativo de R\$ 0,5 milhões em 2020 frente a um valor positivo de R\$ 3,2 milhões em 2019.

## Resultado Financeiro

Em 2020, o resultado financeiro totalizou negativo 23,07 milhões, inferior ao saldo positivo de R\$ 8,80 milhões em 2019, em função da posição de caixa líquido da Companhia em 2020 e das piores condições de juros para captação de dívidas, reflexo da pandemia.

### Provisão para IR e Contribuição Social e IR Diferido

No ano de 2020, o imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos totalizaram uma despesa de R\$ 43,8 milhões, comparado aos R\$ 35,1 milhões reportados em 2019. A variação positiva deve-se principalmente ao crescimento de vendas.

### Lucro Líquido (Prejuízo)

A Companhia encerrou o ano de 2020 com lucro líquido de R\$ 209,2 milhões, comparado com o lucro líquido de R\$ 263,5 milhões de 2019. A redução decorre da combinação da redução no lucro bruto e do aumento nas despesas operacionais.

### *Resultados Operacionais referentes ao exercício de 2019 comparados com 2018:*

#### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida encerrou o ano de 2019 totalizando R\$ 1,95 bilhão, em relação aos R\$ 1,68 bilhão no período anterior, representando um aumento de 16,0%. Em 2019, mudanças nos processos internos de cobrança (tais como: ajustes nos incentivos e implementação de sistemas mais robustos) resultaram em reversões de perdas estimadas em créditos de liquidação

duvidosa ("PCLD"), evento não-recorrente que impactou positivamente a receita líquida nos 3 (três) últimos trimestres do ano.

#### Custos de Incorporação e Vendas de Imóvel

Os custos de incorporação e vendas de imóvel e permuta física em 2019 totalizou R\$ 1,30 bilhão, em comparação com R\$ 1,10 bilhão no mesmo período findo em 2018, representando um aumento de 18,9%. O aumento veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia.

#### Resultado Bruto

O lucro bruto no ano de 2019 foi de R\$ 648,1 milhões, em comparação com R\$ 585,8 milhões em 2018, representando um aumento de 10,6%. A margem bruta sofreu variação negativa de

1,6 pontos percentuais em comparação com os 34,8% em 2018, encerrando 2019 em 33,2%. O aumento se deve pelo maior volume de vendas em 2019 (10% a/a) e pela reversão de provisão de devedores duvidosos.

## Despesas com Vendas

No acumulado de 2019, as despesas com vendas somaram R\$ 162,5 milhões, tendo sido 11,9% maior do que no ano anterior, representando 7,3% das vendas brutas no ano - ou seja, uma alta de 0,2 pontos percentuais em relação a 2018 devido aos esforços adicionais de vendas, dado o cenário mais restritivo a crédito e com a redução da participação de faixa 1,5 no mix de vendas da Companhia (26,3% das vendas líquidas em 2019 versus 55,9% das vendas líquidas em 2018).

## Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 117,1 milhões em 2019 frente a R\$ 123,8 milhões em 2018, representando uma queda de 5,4%. A redução do G&A decorre, principalmente, do efeito de calibração da remuneração variável de curto prazo após o término do exercício.

## Demais Despesas Operacionais

A conta de outras receitas e despesas operacionais totalizou R\$ 60,5 milhões em 2019, representando uma queda de 25,8% em comparação a 2018 (R\$ 81,5 milhões). A redução nas demais receitas operacionais se deve por conta da redução nas despesas com pagamentos de demandas judiciais e na reversão para demandas judiciais, cujo fato gerador majoritário são os empreendimentos lançados até 2011 ("Legado") e que tendem a se dissipar ao longo dos próximos anos.

## Resultado de Equivalência Patrimonial

Os resultados de equivalência patrimonial totalizaram valor positivo de R\$ 3,2 milhões em 2019 frente a um valor positivo de R\$ 0,6 milhão em 2018. O resultado positivo foi influenciado pela venda de um terreno não-estratégico da Companhia em condições de preço favoráveis.

## Resultado Financeiro

Em 2019, o resultado financeiro totalizou 8,8 milhões, sendo 3,5% maior do que em 2018, beneficiado em função da posição de caixa líquido da Companhia em 2019 e das melhores condições de juros para captação de dívidas, reflexo da redução da percepção de risco por parte dos credores.

## Provisão para IR e Contribuição Social e IR Diferido

No ano de 2019, o imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos totalizaram uma despesa de R\$ 35,1 milhões, comparado aos R\$ 26,5 milhões reportados em 2018. A variação positiva de 32% deve-se principalmente ao crescimento de vendas.

## Lucro Líquido (Prejuízo)

A Companhia encerrou o ano de 2019 com lucro líquido de R\$ 263,5 milhões, comparado com o lucro líquido de R\$ 200,3 milhões de 2018. O aumento de 32% decorre da combinação do crescimento no lucro bruto e da redução nas despesas operacionais.

## Balço Patrimonial Consolidado da Companhia

R\$ milhares	2020	2019	2018	Análise Vertical 2020	Análise Horizontal 2020x2019	Análise Vertical 2019	Análise Horizontal 2019x2018	Análise Vertical 2018
<b>Ativo</b>								
<b>Ativo Circulante</b>								
Caixas e equivalentes de caixa	69.735	48.353	34.287	1,6%	44,2%	1,39%	41,02%	1,3%
Títulos e valores mobiliários	1.235.719	1.022.099	821.272	29,2%	20,9%	29,38%	24,45%	31,3%
Contas a Receber	562.971	406.599	317.515	13,3%	38,5%	11,69%	28,06%	12,1%
Imóveis destinados à venda	777.719	955.589	570.773	18,4%	21,8%	27,47%	67,42%	21,8%
Partes relacionadas	3.452	3.051	7.797	0,1%	13,1%	0,09%	-60,87%	0,3%
Outros ativos	109.300	70.675	36.216	2,6%	54,7%	2,03%	95,15%	1,4%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>2.758.896</b>	<b>2.506.366</b>	<b>1.787.860</b>	<b>65,1%</b>	<b>10,1%</b>	72,05%	40,19%	68,2%
<b>Ativo Não Circulante</b>								
Contas a Receber	348.825	218.543	158.181	8,2%	59,6%	6,28%	<b>38,16%</b>	6,0%
Imóveis destinados à venda	875.204	536.975	515.993	20,7%	63,0%	15,44%	<b>4,07%</b>	19,7%
Partes relacionadas	38.044	37.421	34.513	0,9%	1,7%	1,08%	<b>8,43%</b>	1,3%
Investimentos	41.989	42.592	39.376	1,0%	-1,4%	1,22%	8,17%	1,5%
<b>Imobilizado</b>	<b>122.010</b>	<b>79.434</b>	<b>39.018</b>	<b>2,9%</b>	<b>53,6%</b>	<b>2,28%</b>	<b>1,12%</b>	<b>1,5%</b>
<b>Intangível</b>	<b>21.224</b>	<b>22.450</b>	<b>26.066</b>	<b>0,5%</b>	<b>-5,5%</b>	<b>0,65%</b>	<b>-13,87%</b>	<b>1,0%</b>

<b>Total ativo não circulante</b>	<b>1.477.823</b>	<b>972.119</b>	<b>833.179</b>	<b>34,9%</b>	<b>52,0%</b>	<b>27,95%</b>	<b>16,68%</b>	31,8%
<b>Total do ativo</b>	<b>4.236.719</b>	<b>3.478.485</b>	<b>2.621.039</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,8%</b>	<b>100,00%</b>	32,71%	100,0%
<b>Passivo</b>								
<b>Passivo Circulante</b>								
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	175.615	8.517	6.744	4,1%	1961,9%	0,24%	<b>26,29%</b>	0,3%
<b>Debêntures</b>	424.051	5.598	3.344	10,0%	100,0%	0,16%	67,40%	0,1%
<b>Fornecedores</b>	38.150	38.926	21.449	0,9%	-2,0%	1,12%	81,48%	0,8%
<b>Impostos e contribuições</b>	23.551	30.048	26.951	1,3%	86,1%	0,86%	<b>11,49%</b>	1,0%
<b>Salários, encargos sociais e participações</b>	55.926	49.265	45.024	0,6%	-52,2%	1,42%	<b>9,42%</b>	1,7%
<b>Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes</b>	3370.839	340.862	258.240	8,8%	8,8%	9,80%	<b>31,99%</b>	9,9%
<b>Provisões para demandas judiciais e distratos a pagar</b>	4.155	8.294	8.476	0,1%	-49,9%	0,24%	<b>-2,15%</b>	0,3%
<b>Partes relacionadas</b>	24.639	23.681	21.801	0,6%	4,0%	0,68%	<b>8,62%</b>	0,8%
<b>Provisão para perda investimento</b>	5.458	5.705	5.728	0,1%	-4,3%	0,16%	<b>0,40%</b>	0,2%
<b>Dividendos a Pagar</b>	17.177	18.175	13.338	0,4%	100,0%	0,52%	<b>36,26%</b>	0,5%
<b>Outras contas a pagar</b>	71.191	46.919	42.488	1,7%	51,7%	1,35%	<b>10,43%</b>	1,6%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>1.216.366</b>	<b>578.971</b>	<b>453.583</b>	<b>28,7%</b>	<b>110,1%</b>	16,64%	<b>27,64%</b>	17,3%
<b>Passivo Não Circulante</b>								
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	158.926	51.499	98.038	3,8%	208,6%	1,48%	<b>-47,47%</b>	3,7%
<b>Debêntures</b>	398.525	804.822	434.365	9,4%	-50,5%	23,14%	<b>85,29%</b>	16,6%

<b>Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes</b>	806.598	602.386	361.302	19,0%	33,9%	17,32%	<b>66,73%</b>	13,8%
<b>Provisões para demandas judiciais e distratos a pagar</b>	32.317	28.685	32.690	0,8%	12,7%	0,82%	<b>-12,25%</b>	1,2%
<b>Tributos diferidos</b>	15.656	11.794	7.833	0,4%	32,7%	0,34%	50,57%	0,3%
<b>Outras contas a pagar</b>	54.094	30.921	29.454	1,3%	74,9%	0,89%	<b>4,98%</b>	1,1%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>1.502.232</b>	<b>1.547.805</b>	<b>963.682</b>	<b>35,5%</b>	<b>-2,9%</b>	<b>44,50%</b>	<b>60,61%</b>	36,8%
<b>Patrimônio Líquido</b>								
<b>Capital Social</b>	1.095.511	1.095.511	1.095.511	25,9%	0,0%	31,49%	0,00%	41,8%
<b>Reserva de Capital</b>	35.642	33.531	69.999	0,8%	6,3%	0,96%	<b>-52,10%</b>	2,7%
<b>Reserva de Lucros</b>	476.746	324.004	123.052	11,3%	100,0%	9,31%	163,31%	4,7%
<b>Ações em Tesouraria</b>	-90.269	-102.425	-90.889	-2,1%	100,0%	-2,94%	<b>12,69%</b>	-3,5%
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	1.517.630	1.350.621	1.197.673	35,8%	12,4%	38,8%	12,8%	45,7%
<b>Participação dos Acionistas Não Controladores</b>	491	1.088	6.101	0,0%	-54,9%	0,03%	<b>-82,17%</b>	0,2%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	4.236.719	3.478.485	2.621.039	100,0%	21,8%	100,00%	<b>32,71%</b>	100,0%

*Balço Patrimonial referente ao exercício social de 31 de dezembro de 2020 comparado com 2019:*

#### Ativo

##### Caixa, equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários – Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$ 1,3 bilhão, representando um aumento de 22% frente aos R\$ 1,07 bilhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento devido as contratações de empréstimos no decorrer de 2020, principalmente no 2º e 3º trimestre.

##### Contas a receber de incorporação e serviços prestados – Circulante e Não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de clientes por incorporação de imóveis, circulante e não circulante, totalizou R\$ 911,7 milhões, comparado a R\$ 625 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 45,9%. O aumento veio em consonância com aumento de vendas da Companhia.

Todos os saldos de contas a receber aqui apresentados estão deduzidos pelo ajuste a valor presente conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 "Ajuste a valor presente".

##### Imóveis a Comercializar e Terrenos Destinados a Venda – Circulante e Não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imóveis a comercializar, circulante e não circulante, totalizou R\$ 1,60 bilhão, comparado a R\$ 1,50 bilhão em 2019. Esse aumento de 10,7% deve-se, sobretudo, ao maior número de terrenos no *landbank*.

##### Partes relacionadas – Circulante e Não Circulante

O saldo de partes relacionadas, circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 41,5 milhões, comparado a R\$ 40,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é reflexo do aumento nas transações entre a Companhia e suas coligadas.

##### Investimentos em participações societárias

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de investimentos em participações societárias totalizou R\$ 41,9 milhões, comparado a R\$ 42,5 milhões ao final de 2019. Esta redução se deve ao aumento do resultado de equivalência explicado acima.

#### Passivo

##### Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o total do endividamento da Companhia era de R\$ 1,2 bilhão, comparado a R\$ 870,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de

32.9% na comparação anual. Esta variação deve-se, sobretudo, à aquisição das linhas de crédito no decorrer de 2020 R\$ 330 milhões.

#### Fornecedores

O saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 38,1 milhões, ante o saldo de R\$ 38,9 milhões verificado em 31 de dezembro de 2019. O saldo manteve-se em linha nos dois períodos.

#### Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes da Companhia, circulante e não circulante, totalizaram R\$ 1,2 bilhão, em comparação ao mesmo período de 2019, que totalizou R\$ 943 milhões. Aumento de 24,8% devido a aquisição de novos terrenos.

#### Obrigações trabalhistas e tributárias

O saldo de obrigações trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 79,4 milhões, comparado com um saldo de R\$ 79,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 0,2% entre os dois períodos. O saldo manteve-se em linha nos dois períodos.

#### Provisão para demandas judiciais e distratos a pagar

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para contingências e distratos a pagar totalizavam R\$36,4 milhões, comparado ao saldo de R\$ 37 milhões em 31 de dezembro de 2018<sup>9</sup> O saldo manteve-se em linha nos dois períodos.

#### Partes relacionadas – Circulante

O saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 24,6 milhões, aumento de 4% em relação ao saldo de R\$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, esse aumento é reflexo do aumento nas transações entre a Companhia e suas coligadas.

#### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1,51 bilhão, comparado a um saldo de R\$ 1,35 bilhão em 31 de dezembro de 2019, em razão dos motivos expostos acima.

## Demais contas

As demais contas do balanço patrimonial da Companhia não abordadas nas análises sofreram variações normais do curso dos negócios da Companhia ou não possuem relevância face ao total do balanço patrimonial consolidado.

*Balanço Patrimonial referente ao exercício social de 31 de dezembro de 2019 comparado com 2018:*

### Ativo

#### Caixa, equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários – Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$ 1,07 bilhão, representando um aumento de 25,1% frente aos R\$ 855,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia que registrou 10% a mais de vendas em 2019 a/a.

#### Contas a receber de incorporação e serviços prestados – Circulante e Não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de clientes por incorporação de imóveis, circulante e não circulante, totalizou R\$ 625,1 milhões, comparado a R\$ 475,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 31,4%. O aumento veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia.

Todos os saldos de contas a receber aqui apresentados estão deduzidos pelo ajuste a valor presente conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 "Ajuste a valor presente".

#### Imóveis a Comercializar e Terrenos Destinados a Venda – Circulante e Não circulante

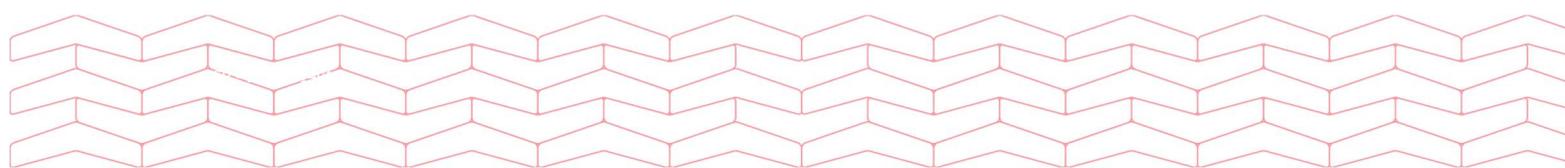
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imóveis a comercializar, circulante e não circulante, totalizou R\$ 1,50 bilhão, comparado a R\$ 1,09 bilhão em 2018. Esse aumento de 37,3% deve-se, sobretudo, ao maior número de terrenos no *landbank*.

#### Partes relacionadas – Circulante e Não Circulante

O saldo de partes relacionadas, circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 40,5 milhões, comparado a R\$ 42,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução é reflexo da redução nas transações entre a Companhia e suas coligadas.

#### Investimentos em participações societárias

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de investimentos em participações societárias totalizou R\$ 42,6 milhões, comparado a R\$ 39,4 milhões ao final de 2018. Este aumento se deve ao aumento do resultado de equivalência explicado acima.



## Passivo

### Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o total do endividamento da Companhia era de R\$ 870,4 milhões, comparado a R\$ 542,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 60,4% na comparação anual. Esta variação deve-se, sobretudo, à emissão pública de debênture de R\$ 200 milhões emitida em 2019 (6ª emissão).

### Fornecedores

O saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 38,9 milhões, ante o saldo de R\$ 21,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2018. O aumento veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia.

### Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes da Companhia, circulante e não circulante, totalizaram R\$ 943,2 milhões, em comparação ao mesmo período de 2018, que totalizou R\$ 619,5 milhões. Em 2019, 36,1% ou R\$ 340,9 milhões, referem-se a operações de curto prazo.

### Obrigações trabalhistas e tributárias

O saldo de obrigações trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 79,3 milhões, comparado com um saldo de R\$ 72,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 10,2% entre os dois períodos. A variação representa um aumento no pagamento de impostos, bem como uma alta na rubrica de salário e encargos. O aumento nas rubricas veio em consonância com o crescimento operacional da Companhia.

### Provisão para demandas judiciais e distratos a pagar

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias

reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Em 31 de dezembro de 2019, as provisões para contingências e distratos a pagar totalizavam R\$37,0 milhões, comparado ao saldo de R\$ 41,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. A perda de representatividade do Legado no âmbito dos negócios da Companhia tem feito com que a provisão para demandas judiciais se torne menos representativa no balanço da Companhia.

## Partes relacionadas – Circulante

O saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 23,7 milhões, aumento de 8,62% em relação ao saldo de R\$ 21,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, reflexo das medidas tomadas para reduzir a representatividade do Legado no balanço da Companhia.

## Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1,35 bilhão, comparado a um saldo de R\$ 1,20 bilhão em 31 de dezembro de 2018, em razão dos motivos expostos acima.

## Demais contas

As demais contas do balanço patrimonial da Companhia não abordadas nas análises sofreram variações normais do curso dos negócios da Companhia ou não possuem relevância face ao total do balanço patrimonial consolidado.

## Fluxo de Caixa Consolidado da Companhia

R\$ milhares	2020	2019	2018	Análise Vertical 2020	Análise Horizontal 2020 x 2019	Análise Vertical 2019	Análise Horizontal 2019 x 2018	Análise Vertical 2018
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	93.979	68.810	283.441	440%	<b>36,6%</b>	489%	<b>-75,72%</b>	-5569%
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	-249.787	-209.156	-362.170	-1168%	<b>19,4%</b>	-1487%	<b>-42,25%</b>	7115%
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	177.190	154.412	73.639	829%	<b>14,8%</b>	1098%	<b>109,69%</b>	-1447%
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes</b>	<b>21.382</b>	<b>14.066</b>	<b>-5.090</b>	100%	<b>52,0%</b>	100%	<b>-376,35%</b>	100%

*Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado com 2019:*

### Atividades Operacionais

Em 2020, o caixa gerado nas operações totalizou R\$ 94 milhões, em comparação ao caixa gerado de R\$ 68,9 milhões em 2019. Aumento de 36,6% deve-se, principalmente, ao menor gasto com obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes.

### Atividades de Investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 249,8 milhões, em comparação à aplicação de R\$ 209,2 milhões em 2019. A variação negativa é explicada pelas aplicações líquidas (isto é, aplicações menos resgates) em títulos e valores mobiliários em 2020.

#### Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 177,2 milhões, na comparação com R\$ 154,4 milhões no mesmo período de 2019, devido principalmente ao menor volume de recompra de ações e maior contratação de empréstimos.

*Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 comparado com 2018:*

#### Atividades Operacionais

Em 2019, o caixa gerado nas operações totalizou R\$ 68,8 milhões, em comparação ao caixa gerado de R\$ 283,4 milhões em 2018. Essa queda de 75,7% deve-se, principalmente, ao maior gasto com obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes.

#### Atividades de Investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 209,2 milhões, em comparação à aplicação de R\$ 362,2 milhões em 2018. A variação negativa é explicada pela redução das aplicações líquidas (isto é, aplicações menos resgates) em títulos e valores mobiliários em 2019.

#### Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 154,4 milhões, na comparação com R\$ 73,6 milhões no mesmo período de 2018, devido principalmente ao menor volume de recompra de ações.

## 10.2. Resultado Operacional e Financeiro

### a) resultados das operações da Companhia

R\$ milhares	2020	2019	2018
<b>Incorporação, venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção</b>	2.358.942	2.005.329	1.746.577
<b>Provisão para devedores duvidosos e distratos</b>	-39.645	-18.333	-24.909
<b>Deduções da receita bruta</b>	-36.928	-36.898	-40.414
<b>Total receita líquida</b>	<b>2.282.369</b>	<b>1.950.098</b>	<b>1.681.254</b>

#### *i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é representada, principalmente, pelas receitas de incorporação e pelas vendas de empreendimentos imobiliários.

#### *ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 17,0% em relação ao mesmo período de 2019, em linha com o crescimento operacional da Companhia ao longo desses períodos. O volume recorde de repasses no ano foi fundamental para a melhora da receita.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 16,0% em relação ao mesmo período de 2018, em linha com o crescimento operacional da Companhia ao longo desses períodos. Além disso, mudanças nos processos internos de cobrança (tais como ajustes nos incentivos e implementação de sistemas mais robustos) resultaram em reversões de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"), evento não-recorrente que impactou positivamente a receita líquida nos 3 (três) últimos trimestres.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 23,8% em relação ao mesmo período de 2017, impulsionada tanto pelo maior volume de lançamentos e vendas líquidas quanto pela evolução física de obras em andamento.

### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

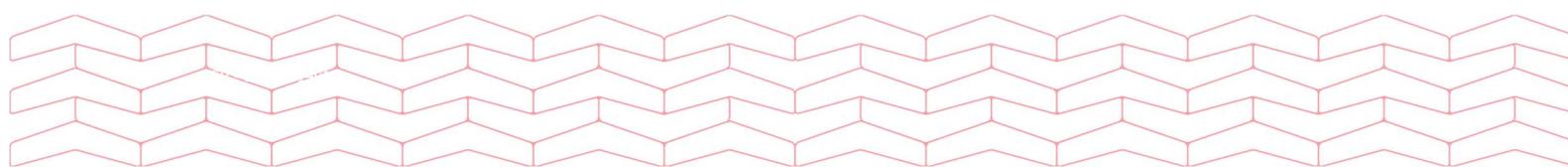
As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os contratos de venda celebrados pela Companhia. Nos contratos de venda, os créditos perante clientes são, em sua maior parte, reajustados por índices oficiais de inflação até a entrega das chaves (durante a fase de construção) e após a concessão do "Habite-se" (pós-construção). As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios (lançamentos e vendas) bem como da evolução físico-financeira das obras.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Além disso, a evolução relativa dos índices de inflação, especialmente o INCC que, em geral, indexa os custos de construção pode afetar a rentabilidade da atividade de incorporação imobiliária, caso haja descasamento entre o INCC e os preços de insumos.

Atualmente a companhia não possui exposição direta em moedas estrangeiras, de forma que todo risco cambial se aplica de forma indireta e pode ser representado pelos riscos macroeconômicos da economia brasileira.

A variação na taxa de juros poderá afetar o custo do financiamento imobiliário e influenciar a demanda por nossos produtos. Também poderá afetar (i) nosso custo de financiamento a produção e, desta forma, impactar nos custos de construção de nossos projetos e (ii) as demais dívidas que a companhia possui ou poderá vir a contratar.



### **10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia atua com foco no segmento de baixa renda do mercado imobiliário residencial nacional. Nesse sentido, a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, nos três últimos exercícios sociais, introdução ou alienação de segmento operacional.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante de forma a promover impacto nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não houve eventos ou operações não usuais que tenham causado ou venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

##### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais.

##### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não aplicável, uma vez que não houve modificações nas práticas contábeis implementadas pela Companhia capazes de ocasionar impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

##### **c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não contém ressalvas. Tendo em vista não ter havido quaisquer ressalvas a Diretoria não possui comentários.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, contém ênfase relacionada ao fato de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram, adicionalmente, a orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) emitida pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre a transferência do controle do ativo na venda de unidade imobiliária não concluída. A opinião dos auditores independentes não está modificada em função desse assunto.

A Administração da Companhia entende que tal parágrafo de ênfase é padronizado entre as empresas de auditorias e alinhado com as entidades do setor de incorporação imobiliária e órgãos reguladores em função da aplicação da Orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 02, 2018, em adição às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e não possuem comentários adicionais às ênfases em questão. Os auditores reforçaram ainda que a opinião deles não está modificada em função deste assunto.

Em 11 de março de 2021, a Deloitte emitiu o relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 19 de março de 2020, a Deloitte emitiu o relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 12 de março de 2019, a Deloitte emitiu o relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Especificamente, as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) emitida pela Comissão de Valores Mobiliários, sobre a transferência do controle do ativo na venda de unidade imobiliária não concluída.

Os diretores entendem que a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Elencamos a seguir as políticas contábeis das transações mais relevantes que envolvem o exercício de julgamentos da administração:

### Perdas estimadas com créditos de clientes e provisão para distratos

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da perda para créditos estimados de liquidação duvidosa e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e esperadas, na busca pelas melhores estimativas.

Para determinar a perda esperada a Companhia utiliza as seguintes informações:

- Histórico de perdas de clientes;
- Estimativa esperada de perda de créditos de clientes adimplentes; e
- Ajustes de dados observáveis atuais das condições de cada cliente, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

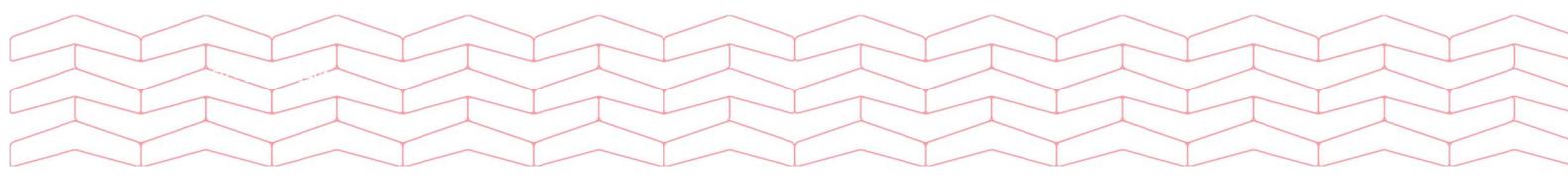
A Companhia constitui perda esperada de créditos de liquidação duvidosa e distratos para os clientes que apresentem intenções de formalização de distratos, estão em risco significativo de distrato e para clientes adimplentes. Essa perda é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado.

### Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. Na busca pela melhor probabilidade de perda são analisadas todas as informações disponíveis de julgados anteriores (jurisprudência), na avaliação dos advogados externos e no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

### Custos orçados dos empreendimentos

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o reconhecimento da receita.



## 10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

### (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

#### i) *Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivo*

Não aplicável, uma vez que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

#### ii) *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

Não aplicável, uma vez que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

#### iii) *Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não aplicável, uma vez que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

#### iv) *Contratos de construção não terminada*

Não aplicável, uma vez que não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, além de serviços contratados para obras já em andamento, cujas movimentações financeiras estão apropriadamente refletidas no balanço patrimonial, conforme o avanço físico da obra.

#### v) *Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, uma vez que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### **10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(b) natureza e propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

## 10.8. Plano de Negócios

### **(a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos).**

O modelo de negócios da Companhia é baseado em uma abordagem industrial da construção civil, ancorada em três pilares: produtos padronizados, coordenação entre atores e continuidade produtiva.

- O foco em habitação popular permitiu à Companhia o desenvolvimento de produtos padronizados, o que permite a busca por ganhos de escala e melhoria contínua. A Companhia atua com uma única SKU nos prédios sem elevador;
- A Companhia atua exclusivamente em regiões metropolitanas do Brasil, onde a formação anual de famílias garante uma demanda constante e permite à Companhia construir de forma eficiente, com o uso de formas de alumínio (o que garante maior controle dos projetos desenvolvidos) e mão-de-obra própria (quase todas as atividades relacionadas à estrutura dos edifícios são feitas por funcionários contratados diretamente pela Companhia);
- Quebrando paradigmas da construção civil, a Companhia criou o conceito de linhas de produção (em substituição à produção em batelada), trazendo conceitos da Engenharia de Produção para a Engenharia Civil.

A melhoria contínua, advinda da abordagem industrial, permite a redução do custo de construção, o que viabiliza a oferta de produtos mais acessíveis na comparação com os *peers*. Com preços mais baixos, a Companhia garante uma velocidade de vendas superior, o que traz um ganho de escala que retroalimenta os benefícios da abordagem industrial e permite crescimento e geração de valor.

A Companhia estima que irá investir anualmente em pesquisa e desenvolvimento o equivalente a 1% da receita líquida. Além disso, a Companhia mantém posição de caixa líquido, conforme reportado ao final do exercício social de 2020, posição privilegiada de caixa caso identifique investimentos promissores.

### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Conforme divulgado no Tenda Day, em 16 de dezembro de 2020, a Companhia avalia realizar uma aquisição de planta fabril com o intuito de fomentar sua operação de modelo “off-site” ao longo do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### **(c) novos produtos e serviços**

*i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

Em evento realizado com investidores no dia 10 de dezembro de 2019 (*Tenda Day*), a Companhia anunciou a intenção de viabilizar a construção em fábrica (ou "*offsite construction*") como forma de atender à demanda por habitação popular em cidades pequenas e médias. Hoje, o modelo de negócios é focado na construção com formas de alumínio como forma de garantir maior competitividade de custos, mas a atuação acaba restrita às maiores regiões metropolitanas do país.

Para viabilizar o modelo de negócios *offsite* e liderar a industrialização da construção civil no Brasil, a Companhia deve investir na validação de conceitos (produtos e tecnologias construtivas) ao longo de 2020 e 2021. Encontrando alternativas viáveis, espera-se iniciar o *scale-up* dos modelos comprovados a partir de 2022.

Em evento realizado com investidores no dia 16 de dezembro de 2020 (*Tenda Day*), a Companhia anunciou a compra de uma fábrica com início de operação planejado para o 1º semestre de 2021, a ser localizada no interior de São Paulo. A fábrica tem capacidade plena de 10 mil unidades por ano, volume que ambicionamos atingir em 6 anos (2026)

*ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços*

A Companhia estima que irá investir anualmente em pesquisa e desenvolvimento o equivalente a 1% da receita líquida. Além disso, uma vez que mantém caixa líquido, a Companhia tem posição privilegiada de caixa ao identificar investimentos promissores.

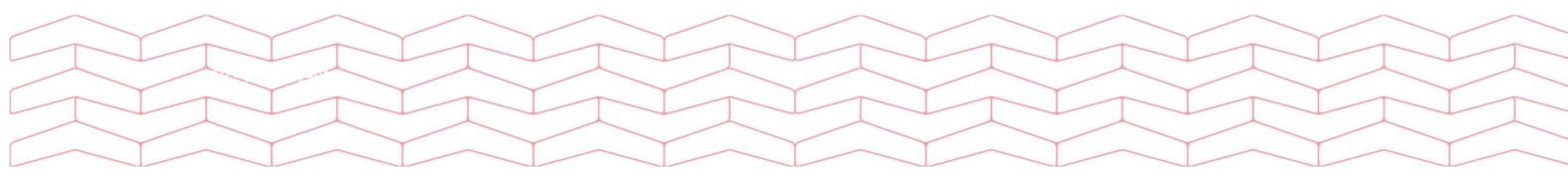
A Companhia estima também, que são esperados consumos de caixa de R\$ 300-400 milhões entre 2020 e 2024 no modelo Off-site, sendo de R\$ 150-200 milhões em Capex e R\$ 150-200 milhões em despesas operacionais.

*iii) projetos em desenvolvimento já divulgados*

Modelo Off-site que se caracteriza pelo canteiro localizado fora da obra. No caso da Tenda, decidimos iniciar o modelo construindo casa por meio do modelo de wood-frame. Mais detalhes do projeto já divulgados ao longo deste item 10.8.

*iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

A Companhia estima um consumo de caixa da ordem de R\$ 300 milhões a R\$400 milhões entre 2020 e 2024 no modelo Off-site, sendo que entre R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões serão aplicados em Capex e entre R\$ 150 milhões e R\$ 200 milhões serão aplicados em despesas operacionais.



### **10.9. Outros Fatores com Influência Relevante**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

### Anexo III

Proposta de Remuneração dos Administradores  
(Conforme item 13, do anexo 24, da Instrução CVM nº 480/09)

## 13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

### 13.1 Descrição da política prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

#### a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A Política de Remuneração dos Administradores ("Política"), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Construtora Tenda S.A. ("Companhia") realizada em janeiro de 2019, visa determinar os critérios e modelos de remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia, em linha com as melhores práticas de remuneração e de governança corporativa.

#### b. composição da remuneração, indicando:

*i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

##### a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e incentivo de longo prazo, na forma de programas de ações restritas.

A remuneração do Conselho de Administração é definida considerando a mediana dos valores e as boas práticas de mercado, com base em pesquisa realizada por consultoria externa para as posições de conselheiro, coordenador de comitê e presidente do conselho de administração.

Os programas de ações restritas direcionados ao conselho representam aproximadamente 44% do valor total de remuneração, possuem 2 (dois) anos de *vesting* e 2 (dois) anos de *lock-up* após o período de *vesting*. Quando outorgados, com frequência máxima anual, são aprovados pelo próprio Conselho de Administração e não podem sofrer qualquer tipo de modificação posterior sem aprovação em assembleia geral de acionistas.

Membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de benefício, porem são reembolsados em suas despesas de viagem (transportes, hotel, etc.) ao atenderem as reuniões e viagens relacionadas à Companhia.

##### b) Diretoria

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, variável de curto prazo e incentivos de longo prazo baseado em ações.

Os valores pagos a título de remuneração fixa, variável de curto prazo e incentivos de longo prazo são auferidos junto ao mercado via contratação de consultoria externa. A parcela variável tem

significativa representatividade na remuneração total, permitindo maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, caso as metas estabelecidas para o período sejam atingidas ou superadas. Da mesma forma, os incentivos de longo prazo, baseados em opção de compra de ações e programas de ações restritas, visam recompensar o resultado de um período mais longo, geralmente a partir de 3 (três) anos, sendo certo que desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 as outorgas se restringiram a programas de ações restritas.

Adicionalmente à remuneração fixa e variável, a Companhia oferece a seus diretores estatutários os benefícios de assistência médica, odontológica e seguro de vida, os quais são estabelecidos de acordo com o padrão de mercado.

#### c) Conselho Fiscal

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal é estabelecida seguindo a legislação existente em vigor. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago anualmente aos diretores. Os membros do conselho fiscal não possuem remuneração variável e benefícios.

#### d) Comitês

Todos os membros dos comitês da companhia são membros do conselho, diretores ou empregados e não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

*ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total*

#### a) Conselho de Administração

No exercício social de 2020 a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 44% de remuneração fixa e 56% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2019, a remuneração total do Conselho de Administração esteve alocada da seguinte forma: 50% de remuneração fixa e 50% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2018, a proporção foi de 50% de remuneração fixa e 50% de incentivos de longo prazo.

#### b) Diretoria Estatutária

No exercício social de 2020, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 30% de remuneração fixa, 30% de incentivos a curto prazo e 40% de incentivos de longo prazo. No exercício social de 2019, a remuneração total da Diretoria Estatutária esteve alocada da seguinte forma: 45% de remuneração fixa e 30% de incentivos de longo prazo e 25% de incentivos a curto prazo. No exercício social de 2018, a proporção foi de 32% de remuneração fixa, 23% de incentivos de curto prazo e 45% de incentivos de longo prazo.

c) Conselho Fiscal

Nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018 a remuneração total do Conselho Fiscal esteve alocada 100% em remuneração fixa.

d) Comitês

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

*iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

Os valores de remuneração praticados pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de ajuste em algum dos componentes. As pesquisas englobam empresas que podem ou não ser do mesmo segmento e que possuam todas ou algumas das seguintes características: porte similar ao da Companhia, capital nacional, alto nível de governança corporativa e boas práticas de remuneração.

*iv) razões que justificam a composição da remuneração*

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis tanto de curto como de longo prazo, o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus administradores. As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados, alinhadas às práticas de mercado.

*v) existência de membros não remunerados e razão para esse fato*

Não existem membros não remunerados na administração da Companhia.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

A remuneração variável de curto prazo está diretamente relacionada aos indicadores contidos no *scorecard* da Companhia, o qual é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, como por exemplo, retorno sobre o patrimônio líquido ("ROE"), geração de caixa, EBITDA, volume de repasses, entre outros.

O incentivo de longo prazo outorgado aos Diretores sob o formato de programa de opção de compra de ações considera unicamente a valorização das ações (incluindo-se a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio – JCP) dentro dos prazos pré-determinados pelos programas, sendo certo que não há benefício econômico aos Beneficiários Tenda caso as ações não tenham valorização frente ao preço de exercício definido no momento da outorga.

O incentivo de longo prazo outorgado aos diretores sob o formato de programa de ações restritas considera um patamar mínimo de valorização da ação (incluindo-se a distribuição de dividendos

e juros sobre o capital próprio – JCP), comparada à expectativa interna de valorização da ação e com benchmarks. Ambos os aspectos compõem uma matriz de apuração e são definidos objetivamente pelo Conselho no momento da outorga de cada programa.

O incentivo de longo prazo outorgado aos conselheiros sob o formato de programa de ações restritas considera unicamente o valor da ação na data de outorga. O participante (e não mais a Companhia) corre o risco de valorização ou desvalorização do preço da ação durante os períodos de *vesting* e o *lock-up* do programa.

#### **d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

##### *Conselho de Administração*

Aproximadamente 44% da remuneração total dos membros do Conselho de Administração é outorgada sob o formato de ações restritas, considerando o preço da ação no momento da outorga. As ações outorgadas somente serão transferidas aos Beneficiários Tenda após o período de *vesting* (2 anos) e poderão ser negociadas em bolsa após 2 anos de *lock-up*, ou seja, 4 anos a partir da outorga. Desta forma, a remuneração do Conselho de Administração está diretamente alinhada com os resultados da companhia durante o período e consequente valorização das suas ações.

##### *Diretoria*

Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada não só à performance individual quanto à performance da Companhia, bem como ao atingimento das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações ou programa de ações restritas da Companhia estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.

#### **e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia**

A prática adotada pela Companhia com relação aos componentes da remuneração está diretamente alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos: a remuneração fixa somada ao incentivo de curto prazo refletem médias de mercado, somadas a componentes de avaliação que levam em consideração indicadores-chave de desempenho (“KPIs”) de criação de valor a longo prazo, enquanto os incentivos de longo prazo elevam a remuneração total caso a empresa cresça, tenha boa performance e suas ações se valorizem no mercado de capitais. Desta forma, a Companhia entende que o modelo de remuneração concentrado em incentivos de longo prazo está alinhado ao ciclo operacional e financeiro do mercado em que atua.

#### **f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

As opções outorgadas nos programas de opção de compra de ações terão seus prazos de carência antecipados e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, assim como as ações restritas outorgadas no programa de ações restritas terão seus prazos de carência antecipados e os Beneficiários Tenda terão direito a receber as referidas ações restritas no prazo de até 60 (sessenta) dias, caso:

- i. O Beneficiário seja rebaixado de posição na Companhia ou caso ocorra o término do contrato de trabalho ou do mandato do Beneficiário, sem justa causa, por iniciativa da Companhia, em até 2 (dois) anos contados a partir dos seguintes eventos:
  - a. da realização de qualquer operação de incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão, ou outra forma de reorganização da Companhia, tenha esta sido a sociedade remanescente, e pela qual o patrimônio líquido anterior da Companhia passe a representar parcela inferior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da companhia resultante (ou da companhia de maior porte, no caso de cisão);
  - b. da aquisição de participação equivalente a 30% (trinta por cento) ou mais do capital social da Companhia por pessoas naturais ou jurídicas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, inclusive se sujeitas a controle comum ou coligadas entre si, qualquer que tenha sido a forma de aquisição de tal participação, seja em uma ou mais operações;
  - c. da dissolução da Companhia.
- ii. Caso se concretize uma oferta pública de ações ("OPA") para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");
- iii. Ocorra qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no estatuto social da Companhia;

**h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

*i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.*

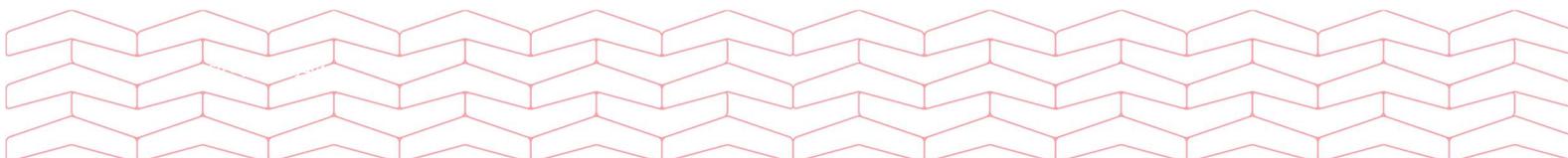
O Comitê de Pessoas (antigo Comitê de Remuneração, Nomeação e Governança Corporativa) faz recomendações com base em estudos salariais frequentemente atualizados para subsidiar a tomada de decisão do Conselho de Administração.

*ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.*

Anualmente o Comitê de Pessoas recomenda a remuneração individual dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração com base em estudos desenvolvidos por consultorias especializadas. Os estudos levam em consideração empresas líderes de mercado, de porte equivalente, de diferentes setores de atuação e com nível equivalente de governança corporativa.

*iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.*

O Conselho de Administração verifica a política de remuneração anualmente, visando a manutenção da atratividade e a retenção dos administradores da companhia, eventualmente realizando os ajustes de estratégia que entender necessário para tal finalidade.



### 13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

ANO 2021 - PREVISTO	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	7,00	16,75	3,00	26,75
Nº de membros remunerados	7,00	16,75	3,00	26,75
<b>Remuneração fixa anual em reais</b>	<b>3.213.000,00</b>	<b>14.498.374,00</b>	<b>377.298,55</b>	<b>18.088.672,55</b>
Salário ou pró-labore	2.677.500,00	10.754.100,00	314.415,46	13.746.015,46
Benefícios diretos e indiretos	na	1.593.454,00	na	1.593.454,00
Remuneração por participação em comitês	na	na	na	0,00
Outros (INSS)	535.500,00	2.150.820,00	62.883,09	2.749.203,09
<b>Remuneração variável em reais</b>	<b>2.158.770,61</b>	<b>30.109.252,98</b>	<b>0,00</b>	<b>32.268.023,59</b>
Bônus	na	na	na	0,00
Participação nos resultados	na	11.318.300,00	na	11.318.300,00
Remuneração por participação em reuniões	na	na	na	0,00
Comissões	na	na	na	0,00
Outros	na	na	na	0,00
Benefícios pós-emprego	na	na	na	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	na	na	na	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	2.158.770,61	18.790.952,98	na	20.949.723,59
<b>Total da Remuneração em reais</b>	<b>5.371.770,61</b>	<b>44.607.626,98</b>	<b>377.298,55</b>	<b>50.356.696,14</b>

ANO 2020	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	7,00	14,75	3,00	24,75
Nº de membros remunerados	7,00	14,75	3,00	24,75
<b>Remuneração fixa anual em reais</b>	<b>2.554.200,00</b>	<b>11.553.182,79</b>	<b>224.205,30</b>	<b>14.331.588,09</b>
Salário ou pró-labore	2.187.000,00	8.506.526,73	186.837,75	10.880.364,48
Benefícios diretos e indiretos	na	1.248.436,35	na	1.248.436,35
Remuneração por participação em comitês	na	na	na	0,00
Outros (INSS)	367.200,00	1.798.219,71	37.367,55	2.202.787,26
<b>Remuneração variável em reais</b>	<b>2.283.808,00</b>	<b>15.452.931,87</b>	<b>0,00</b>	<b>17.736.739,87</b>
Bônus	na	na	na	0,00
Participação nos resultados	na	1.919.099,43	na	1.919.099,43
Remuneração por participação em reuniões	na	na	na	0,00
Comissões	na	na	na	0,00
Outros	na	na	na	0,00
Benefícios pós-emprego	na	na	na	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	na	na	na	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	2.283.808,00	13.533.832,44	na	15.817.640,44
<b>Total da Remuneração em reais</b>	<b>4.838.008,00</b>	<b>27.006.114,66</b>	<b>224.205,30</b>	<b>32.068.327,96</b>

ANO 2019	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	7,00	12,00	3,00	22,00
Nº de membros remunerados	7,00	12,00	3,00	22,00
<b>Remuneração fixa anual em reais</b>	<b>2.873.168,16</b>	<b>9.511.609,47</b>	<b>175.840,92</b>	<b>12.560.618,55</b>
Salário ou pró-labore	2.430.000,00	7.053.429,39	175.840,92	9.659.270,31
Benefícios diretos e indiretos	na	1.047.494,21	na	1.047.494,21
Remuneração por participação em comitês	na	na	na	0,00
Outros (INSS)	443.168,16	1.410.685,87	na	1.853.854,03
<b>Remuneração variável em reais</b>	<b>2.837.370,00</b>	<b>11.881.710,57</b>	<b>0,00</b>	<b>14.719.080,57</b>
Bônus	na	na	na	0,00
Participação nos resultados	na	5.398.285,77	na	5.398.285,77
Remuneração por participação em reuniões	na	na	na	0,00
Comissões	na	na	na	0,00
Outros	na	na	na	0,00
Benefícios pós-emprego	na	na	na	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	na	na	na	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	2.364.475,00	5.402.854,00	na	7.767.329,00
<b>Total da Remuneração em reais</b>	<b>5.710.538,16</b>	<b>21.393.320,04</b>	<b>175.840,92</b>	<b>27.279.699,12</b>

ANO 2018	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	7,00	10,83	2,00	19,83
Nº de membros remunerados	7,00	10,83	2,00	19,83
<b>Remuneração fixa anual em reais</b>	<b>2.480.082,00</b>	<b>8.124.074,00</b>	<b>136.687,00</b>	<b>10.740.842,00</b>
Salário ou pró-labore	2.120.070,00	6.046.100,00	113.905,00	8.280.075,00
Benefícios diretos e indiretos	na	868.754,00	na	868.754,00
Remuneração por participação em comitês	na	na	na	0,00
Outros	360.012,00	1.209.220,00	22.781,00	1.592.013,00
<b>Remuneração variável em reais</b>	<b>2.456.000,00</b>	<b>17.186.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.642.000,00</b>
Bônus	na	na	na	0,00
Participação nos resultados	na	5.717.000,00	na	5.717.000,00
Remuneração por participação em reuniões	na	na	na	0,00
Comissões	na	na	na	0,00
Outros	na	na	na	0,00
Benefícios pós-emprego	na	na	na	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	na	na	na	0,00
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	2.456.000,00	11.469.000,00	na	13.925.000,00
<b>Total da Remuneração em reais</b>	<b>4.936.082,00</b>	<b>25.310.074,00</b>	<b>136.687,00</b>	<b>30.382.842,00</b>

### 13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

ANO 2021 - PREVISTO	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	16,75	3,00	26,75
Nº de membros remunerados	7,00	16,75	3,00	26,75
<b>Em relação ao Bônus:</b>				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	na	na	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00
<b>Em relação à Participação nos Resultados:</b>				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	0,00	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	14.147.875,00	na	14.147.875,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	11.318.300,00	na	11.318.300,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00

ANO 2020	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	14,75	3,00	24,75
Nº de membros remunerados	7,00	14,75	3,00	24,75
<b>Em relação ao Bônus:</b>				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	na	na	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00
<b>Em relação à Participação nos Resultados:</b>				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	0,00	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	1.919.099,43	na	1.919.099,43
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	1.919.099,43	na	1.919.099,43
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	1.919.099,43	na	1.919.099,43

ANO 2019	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	11,92	3,00	21,92
Nº de membros remunerados	7,00	11,92	3,00	21,92
<b>Em relação ao Bônus:</b>				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	na	na	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00
<b>Em relação à Participação nos Resultados:</b>				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	0,00	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	9.192.188,00	na	9.192.188,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	7.353.750,00	na	7.353.750,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	5.398.285,77	na	5.398.285,77

ANO 2018	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº total de Membros	7,00	10,83	2,00	19,83
Nº de membros remunerados	7,00	10,83	2,00	19,83
<b>Em relação ao Bônus:</b>				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	na	na	0,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	na	na	0,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	na	na	0,00
<b>Em relação à Participação nos Resultados:</b>				
valor mínimo previsto no plano de remuneração	na	0,00	na	0,00
valor máximo previsto no plano de remuneração	na	8.100.938,00	na	8.100.938,00
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	na	6.480.750,00	na	6.480.750,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	na	5.717.000,00	na	5.717.000,00

### 13.4 Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

#### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (2014)*

Foi aprovado com o objetivo de atrair e reter executivos da Companhia, concedendo aos administradores e empregados de alto nível a oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes administradores e empregados de alto nível aos interesses dos acionistas. A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 10% do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas de todos os programas vigentes.

No exercício social de 2020, estavam vigentes três programas de opção de compra de ações:

- i. **“Programa de 2014”**: Aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2014, outorgando 5.010.000 opções aos diretores estatutários. O número de opções já considera o grupamento de ações da companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2016. As opções estão divididas em dois lotes, pelo prazo de *vesting* de 4 e 5 anos, respectivamente, e prazo de exercício de 10 anos a partir da data da outorga.
- ii. **“Programa de 2016”**: Aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2016, outorgando 120.000 opções aos diretores estatutários. O número de opções já considera o grupamento de ações da companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de novembro de 2016. As opções estão divididas em dois lotes, pelo prazo de *vesting* de 4 e 5 anos, respectivamente, e prazo de exercício de 10 anos a partir da data da outorga.
- iii. **“Programa de 2017”**: Aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2017. Não foram outorgadas ações para os administradores.

#### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

Foi aprovado com o objetivo de (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários Tenda a possibilidade de serem acionistas da Companhia, (b) alinhar os interesses dos Beneficiários Tenda com os interesses dos acionistas, e (c) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser entregues aos Beneficiários Tenda, no âmbito deste plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação de referido plano.

No exercício social de 2020, estavam vigentes três programas de outorgas de ações restritas:

- i. **"Programa de 2018"**: Aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2018, outorgando 380.000 ações restritas aos diretores estatutários e 195.000 aos membros do Conselho de Administração.
- ii. **"Programa de 2019"**: Aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de abril de 2019, outorgando 545.600 ações restritas aos diretores estatutários e 236.000 aos membros do Conselho de Administração.
- iii. **"Programa de 2020"**: Aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2020, outorgando 353.606 ações restritas aos diretores estatutários.

#### **a. termos e condições gerais**

##### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

No âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, são elegíveis para participar os administradores e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentro dos limites estabelecidos pelo plano de opção de compra de ações da Companhia, o Conselho de Administração é responsável por realizar outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições específicas aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações ("Programas Tenda"), nos quais podem ser definidos:

- (i) os administradores e empregados da Companhia que serão beneficiários do programa ("Beneficiários Tenda");
- (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga e sua divisão em lotes;
- (iii) o preço de exercício e eventuais descontos;
- (iv) o prazo de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (v) restrições à disponibilidade das ações recebidas pelo exercício da opção; e
- (vi) metas relacionadas ao desempenho dos empregados, dos administradores ou da Companhia.

O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. Atualmente, o Comitê de Pessoas é responsável por analisar e recomendar todas as ações relacionadas à remuneração e incentivos de longo prazo, para aprovação do Conselho de Administração.

Os Beneficiários Tenda contemplados pelas outorgas celebram com a Companhia seus respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações ("Contratos de Opção Tenda"), por meio dos quais os Beneficiários Tenda têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do plano de opção de compra de ações e do Programa Tenda correspondente. Os Contratos de Opção Tenda podem prever condições específicas aplicáveis a determinado Beneficiário.

O plano de opção de compra de ações da Companhia também estabelece a possibilidade de que o Conselho de Administração outorgue opções diferenciadas a determinados Beneficiários Tenda ("Opções Adicionais Tenda"), pelo preço de exercício de R\$ 0,01. O exercício das Opções Adicionais Tenda, se outorgadas, será sempre condicionado e proporcional ao prévio exercício das demais opções previstas no plano de opção de compra de ações da Companhia e outorgadas a cada Beneficiário Tenda ("Opções Convencionais"), cujo preço de exercício será sempre calculado conforme o valor de mercado e ao decurso de um prazo de carência contado da data da respectiva outorga.

#### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

No âmbito do plano de outorga de ações restritas da Companhia, são elegíveis para participar os administradores, conselheiros e empregados de alto nível da Companhia indicados pela Diretoria com base em critérios de avaliação de performance e aprovados pelo Conselho de Administração. Obedecidas as condições gerais do plano, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do plano de outorga de ações restritas e dos respectivos programas, incluindo:

- (i) criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de ações restritas, observados os termos gerais do plano, e a solução de dúvidas de interpretação do plano e dos respectivos programas;
- (ii) a eleição dos Beneficiários Tenda e a autorização para outorgar ações restritas em seu favor, estabelecendo todas as metas e condições de aquisição de direitos relacionados às ações restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente, observados os termos e princípios do plano de outorga de ações restritas e o disposto nos respectivos contratos de outorga;
- (iii) a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das ações restritas, nos termos do plano e da ICVM 567;
- (iv) definir metas relacionadas ao desempenho dos Beneficiários Tenda e/ou da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das ações restritas, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia;
- (v) tomar quaisquer providências necessárias para a administração do plano e dos respectivos programas;
- (vi) propor eventuais alterações ao plano a serem submetidas à aprovação da assembleia geral extraordinária; e
- (vii) a criação de programas e a definição da quantidade de ações restritas objeto de cada programa.

O plano será administrado pelo Conselho de Administração, podendo contar com um comitê consultivo criado ou indicado pelo Conselho de Administração para assessorá-lo na administração do plano e dos programas, cabendo, no entanto, qualquer decisão ao Conselho de Administração. Ainda, de acordo com o plano de outorga de ações restritas:

- (a) o Conselho de Administração da Companhia somente poderá aprovar 1 (um) programa de outorga de ações restritas por ano, que seja destinado a membros do Conselho de Administração; e
- (b) qualquer alteração a referido programa, após sua aprovação, somente poderá ser realizada mediante autorização da assembleia geral de acionistas da Companhia.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários Tenda, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

- (i) o *target* de ações restritas objeto da outorga;
- (ii) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas;
- (iii) as métricas de desempenho; e
- (iv) a possibilidade de incidência de tributos sobre a entrega de ações, inclusive o imposto de renda retido sobre a fonte (“IRRF”), mediante a redução de parte das ações restritas a serem conferidas.

#### **b. principais objetivos do plano:**

O plano de opção de compra de ações e o plano de outorga de ações restritas objetivam:

- Estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos respectivos Beneficiários Tenda adquirir ações de sua emissão;
- Atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas; e
- Alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses de seus acionistas.

#### **c. forma como o plano contribui para esses objetivos:**

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses da Companhia, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento desta, assim maximizando seus lucros. Atinge-se, ainda, por meio deste modo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito dos planos de opção de compra de ações e de outorga de ações restritas.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados-chave da Companhia, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

#### **d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

O plano de opção de compra de ações e o plano de outorga de ações restritas, ambos atualmente em vigor, inserem-se na política de concentração de incentivos de longo prazo dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos de longo prazo que visam compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos, conforme explicado no item 13.1 acima.

#### **e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

As outorgas realizadas com base no plano de opção de compra de ações e no plano de outorga de ações restritas trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores da Companhia em diferentes horizontes de tempo.

A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os respectivos Beneficiários Tenda se comprometam com a constante valorização das ações no curto, médio e longo prazo.

Referidos planos alinham os interesses de administradores, da Companhia e seus acionistas por meio de benefícios aos administradores de acordo com o desempenho das ações da Companhia. Por meio desses planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo, além do desempenho de curto prazo.

#### **f. número máximo de ações abrangidas**

##### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

A quantidade máxima de Ações Convencionais que podem ser objeto de outorga de opções, considerados de forma agregada no plano de opção de compra de ações da Companhia, é equivalente a 10% das ações representativas do capital social da Companhia, com exceção das Opções Adicionais Tenda, as quais não integram referido limite, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções (totalizando 6.000.000 de ações), conforme aditamento realizado em 22 de novembro de 2016.

##### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

Poderão ser entregues aos Beneficiários Tenda, no âmbito deste plano, ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação do plano.

#### **g. número máximo de opções a serem outorgadas**

##### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

Cada opção assegura ao Beneficiário Tenda o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima.

#### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

Cada ação restrita outorgada assegura ao Beneficiário Tenda o direito de receber, mediante atingimento de indicadores específicos, uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de ações a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima.

#### **h. condições de aquisição de ações**

##### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

Como regra geral, as opções outorgadas sob o modelo convencional de outorga devem ser adquiridas pelo preço de exercício equivalente ao valor de mercado, sendo que este preço pode estar sujeito à correção monetária e à incidência de juros, conforme estipulado pelo Conselho de Administração em cada Programa Tenda.

As Opções Adicionais Tenda, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R\$ 0,01 (um centavo), e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário Tenda, aplicam-se as condições descritas a seguir: as Opções Adicionais Tenda têm seu exercício condicionado ao número de Opções Convencionais previamente exercidas.

##### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de outorga, os direitos dos Beneficiários Tenda de efetivamente receberem as ações restritas outorgadas somente serão plenamente adquiridos se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (i) os Beneficiários Tenda permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de carência; e (ii) sejam atingidas, pela Companhia, determinadas métricas de desempenho pautadas no retorno total do acionista ("TSR") da Companhia, comparado ao custo de capital próprio, *benchmark* de TSR e IBRX100 ou outro índice, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração no programa e respectivos contratos de outorga. O Conselho de Administração estabelecerá uma matriz de desempenho, contendo as metas da Companhia e o percentual de ações restritas outorgadas a que o Beneficiário Tenda fará jus em cada quadrante de atingimento de metas constante da matriz de desempenho, sendo que o Beneficiário Tenda poderá receber entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) do *target* de ações restritas outorgadas ao Beneficiário Tenda em cada programa, conforme percentual de atingimento das metas constantes da matriz de desempenho.

Ao final de cada período de carência, o Conselho de Administração verificará o cumprimento das condições estabelecidas no item acima e demais condições previstas no respectivo contrato de outorga e confirmará a quantidade de ações restritas a que o Beneficiário Tenda faz jus a receber ("Ações Maturadas"), sendo que a Companhia deverá transferir as referidas Ações Maturadas ao Beneficiário Tenda após as devidas retenções de tributos, inclusive mediante redução no número

de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término do período de carência ou outro prazo acordado com o Beneficiário Tenda em questão.

Os Beneficiários Tenda que sejam membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) não poderão negociar com as ações restritas recebidas da Companhia pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de transferência das ações restritas pela Companhia ao Beneficiário Tenda em questão ("Lock-Up"); (ii) não se aplicará a matriz de desempenho referida no parágrafo anterior.

### **i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

#### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas, conforme o caso, quando do lançamento do Programa Tenda aplicável, e será equivalente: (i) caso a Companhia não tenha ações negociadas em bolsa de valores quando do lançamento do Programa Tenda, ao valor apurado em avaliação realizada por banco ou empresa independente; ou (ii) caso a Companhia tenha ações negociadas em bolsa de valores quando do lançamento do Programa Tenda, à cotação média das ações nos últimos 30 (trinta) pregões na B3, anteriores à data da outorga da opção. Em qualquer caso, o preço de exercício poderá ser atualizado com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas, conforme o caso.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa Tenda, que seja deduzido do preço de exercício a ser pago pelos Beneficiários Tenda o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da Opção Convencional.

Exclusivamente na hipótese de as deduções mencionadas no parágrafo anterior serem superiores ao valor do preço de exercício a ser pago pelo Beneficiário Tenda, o crédito gerado ao Beneficiário Tenda perante a Companhia poderá ser compensado mediante a outorga de Opções Adicionais Tenda, a critério do Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, na forma a ser determinada em cada Programa Tenda e sempre de acordo com as regras do plano.

O preço de exercício das Opções Adicionais Tenda, se outorgadas, será de R\$ 0,01 (um centavo), observadas as disposições deste plano. Não será aplicável ao preço de exercício das Opções Adicionais Tenda a regra disposta no segundo parágrafo deste tópico.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários Tenda à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas para cada Programa Tenda.

#### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência os Beneficiários Tenda recebem as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os outros requisitos estabelecidos no plano.

#### **j. critérios para fixação do prazo de exercício**

Conforme mencionado nos subitens "a" a "i" acima, as Opções Adicionais Tenda, quando outorgadas, sempre podem ser adquiridas pelo preço de exercício de R\$ 0,01 (um centavo), e, por se tratar de opções que representam um fator de ajuste do benefício total que pode eventualmente ser auferido pelo Beneficiário Tenda, aplicam-se as condições descritas a seguir: as Opções Adicionais Tenda têm seu exercício condicionado ao número de Opções Convencionais previamente exercidas.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários Tenda à vista, no ato da aquisição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas para cada Programa Tenda.

#### **k. forma de liquidação**

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários Tenda serão emitidas, sendo que o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, será homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também utilizar-se-á de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas Tenda aprovados até a data deste documento, a regra geral é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

#### **l. restrições à transferência das ações**

Para os Programas Tenda emitidos no âmbito do plano de opção de compra de ações haverá um período de Lock-Up, compreendendo 25% a 40% das opções exercidas. O prazo de vencimento do Lock-Up destes Programas Tenda é de 10 anos após a data de outorga das opções.

Para os programas emitidos no âmbito do plano de outorga de ações restritas, haverá um período de Lock-Up, compreendendo 100% das ações exercidas. O prazo de vencimento do Lock-Up deste programa é de 12 meses após a data da transferência das ações aos membros do Conselho de Administração.

#### **m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O plano de opção de compra de ações da Companhia poderá ser alterado ou extinto pelo Conselho de Administração. Não obstante a competência do Conselho de Administração, nenhuma decisão pode: (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas; ou (ii) alterar ou prejudicar, sem o consentimento do Beneficiário Tenda, quaisquer direitos ou obrigações de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra de ações. Na hipótese de cisão da Companhia ou de redução de seu capital social: (i) enquanto a Companhia não tiver suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, o preço de exercício das opções não exercidas será ajustado de acordo com o valor equivalente do patrimônio líquido efetivamente transferido ou reduzido, conforme o caso; ou (ii) a partir do momento que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação em bolsa de valores, o preço de exercício será ajustado de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Administração.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, o plano de opção de compra de ações da Companhia terminará e as opções dos Programas Tenda em vigor, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Pessoas, conforme o caso, poderá ser transferido para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário Tenda. Após o referido prazo, o plano de opção de compra de ações da Companhia terminará e todas as opções não exercidas caducarão sem direito a qualquer indenização.

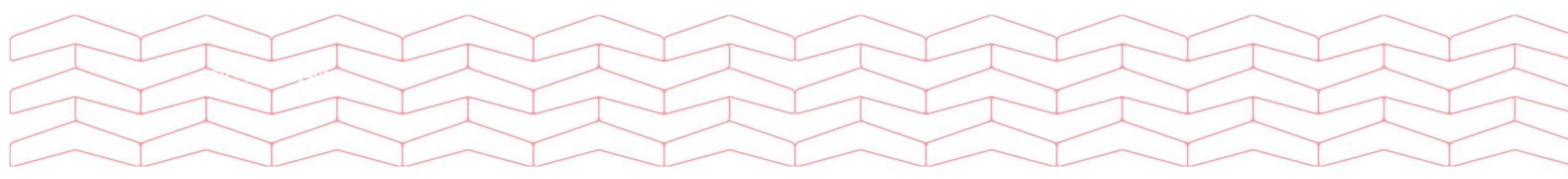
O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso poderá determinar, em cada Programa Tenda, que, caso a Companhia venha a ter suas ações negociadas em bolsa de valores e seja realizada: (i) uma OPA para cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta perante a CVM; ou (ii) qualquer OPA que possa resultar na redução das ações em circulação a percentual inferior a 25% ou que decorra de tal redução, inclusive eventuais OPAs previstas no estatuto social da Companhia, as opções outorgadas no âmbito do Programa Tenda terão seus prazos de carência antecipados e, caso aplicável, o período mínimo de indisponibilidade liberados, e poderão ser exercidas, total ou parcialmente, durante o prazo da OPA ou, se aplicável, durante o prazo adicional previsto em normal legal ou regulamentar.

#### **n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas, conforme o caso, determinará: (i) se o período de restrição para alienação das ações estabelecido no Programa Tenda deverá permanecer em vigor; e (ii) o tratamento a ser dado às Opções Adicionais Tenda eventualmente outorgadas ao Beneficiário Tenda, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do Beneficiário Tenda, sem justa causa.

Nos termos do plano de opção de compra de ações e do plano de outorga de ações restritas da Companhia, o desligamento do Beneficiário Tenda terá os seguintes efeitos sobre as opções ou ações a ele outorgadas, conforme o motivo de sua saída: (i) havendo justa causa, todas as opções não exercidas serão extintas; (ii) no caso de inexistência de justa causa, demissão voluntária ou pedido de aposentadoria, as opções já exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias e as demais serão extintas; (iii) em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário Tenda, todas as opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário ou seus sucessores, em um prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Em todos estes casos, exceto por falecimento ou invalidez permanente, as restrições à transferência das ações que lhes sejam aplicáveis permanecerão em vigor.



### 13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

ANO 2020	Conselho de Administração						Diretoria Estatutária					
Programas Tenda S.A	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020
Nº total de Membros	10,00	8,92	6,08	7,00	7,00	7,00	8,75	10,25	9,89	10,83	11,92	14,75
Nº de membros remunerados	10,00	8,92	6,08	7,00	7,00	7,00	8,75	10,25	9,89	10,83	11,92	14,75
<b>Em relação a cada outorga de opções de compra de ações e ações restritas:</b>												
Data de outorga	na	na	na	13/08/2018	09/04/2019	na	11/08/2014	09/05/2016	28/09/2017	13/08/2018	09/04/2019	16/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	na	na	na	390.000	236.000	na	Lote A: 2.004.000 Lote B: 8.016.000 Total: 10.020.000	Lote A: 48.000 Lote B: 192.000 Total: 240.000	Lote A: 70.373 Lote B: 53.452 Total: 123.825	760.000	545.600	353.606
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	na	na	na	31/01/2019	31/01/2021	na	Lote A: 31/03/2018 Lote B: 31/03/2019	Lote A: 31/03/2020 Lote B: 31/03/2021	100% já exercíveis	31/01/2021	31/01/2022	31/01/2023
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na	31/03/2024	31/03/2026	Lote A: 01/05/2023 a 01/05/2025 Lote B: 10/05/2024 a 10/05/2027	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	na	na	na	1 ano	1 ano	na	31/03/2024	31/03/2026	na	na	na	na
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:</b>												
Em aberto no início do exercício social	na	na	na	na	na	na	2,28	2,55	12,13	na	na	na
Perdidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Exercidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na	2,16	na	12,13	na	na	na
Expiradas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Valor justo das opções na data da outorga	na	na	na	11,18	18,50	na	2,28	2,55	Lote A: 7,37 Lote B: 12,13	11,175	18,50	36,19
Diluição pontencial no caso do exercício de todas as opções	na	na	na	0,37%	0,23%	na	9,60%	0,23%	0,12%	0,73%	0,52%	0,34%

ANO 2019	Conselho de Administração						Diretoria Estatutária					
Programas Tenda S.A	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020
Nº total de Membros	10,00	8,92	6,08	7,00	7,00	na	8,75	10,25	9,89	10,83	12,00	na
Nº de membros remunerados	10,00	8,92	6,08	7,00	7,00	na	8,75	10,25	9,89	10,83	12,00	na
<b>Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:</b>												
Data de outorga	na	na	na	13/08/2018	09/04/2019	na	11/08/2014	09/05/2016	28/09/2017	13/08/2018	09/04/2019	na
Quantidade de opções outorgadas	na	na	na	390.000	236.000	na	Lote A: 2.004.000 Lote B: 8.016.000 Total : 10.020.000	Lote A: 48.000 Lote B: 192.000 Total : 240.000	Lote A: 70.373 Lote B: 53.452 Total : 123.825	760.000	545.600	na
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	na	na	na	31/01/2019	31/01/2021	na	Lote A: 31/03/2018 Lote B: 31/03/2019	Lote A: 31/03/2020 Lote B: 31/03/2021	100% já exercíveis	31/01/2021	31/01/2022	na
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na	31/03/2024	31/03/2026	Lote A : 01/05/2023 a 01/05/2025 Lote B : 10/05/2024 a 10/05/2027	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	na	na	na	1 ano	1 ano	na	31/03/2024	31/03/2026	na	na	na	na
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:</b>												
Em aberto no início do exercício social	na	na	na	na	na	na	2,28	2,55	12,13	na	na	na
Perdidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Exercidas durante o exercício social	na	na	na	0,00	na	na	2,16	na	12,13	na	na	na
Expiradas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Valor justo das opções na data da outorga	na	na	na	11,18	18,50	na	2,28	2,55	Lote A: 7,37 Lote B: 12,13	11,175	18,50	na
Diluição pontencial no caso do exercício de todas as opções	na	na	na	0,37%	0,23%	na	9,61%	0,23%	0,12%	0,73%	0,52%	na

ANO 2018	Conselho de Administração						Diretoria Estatutária					
Programas Tenda S.A	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020
Nº total de Membros	10,00	8,92	6,08	7,00	na	na	8,75	10,25	9,89	10,83	na	na
Nº de membros remunerados	0,67	2,67	6,08	7,00	na	na	8,75	10,25	9,89	10,83	na	na
<b>Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:</b>												
Data de outorga	na	na	na	13/08/2018	na	na	11/08/2014	09/05/2016	28/09/2017	13/08/2018	na	na
Quantidade de opções outorgadas	na	na	na	195.000	na	na	Lote A: 1.002.000 Lote B: 4.008.000 Total : 5.010.000	Lote A: 24.000 Lote B: 96.000 Total : 120.000	Lote A: 70.373 Lote B: 26.726 Total : 97.099	380.000	na	na
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	na	na	na	31/01/2019	na	na	Lote A: 31/03/2018 Lote B: 31/03/2019	Lote A: 31/03/2020 Lote B: 31/03/2021	100% já exercíveis	31/01/2021	na	na
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na	31/03/2024	31/03/2026	Lote A : 01/05/2023 a 01/05/2025 Lote B : 10/05/2024 a 10/05/2027	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	na	na	na	1 ano	na	na	31/03/2024	31/03/2026	na	na	na	na
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:</b>												
Em aberto no início do exercício social	na	na	na	na	na	na	5,07	5,61	17,93	na	na	na
Perdidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Exercidas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na	5,07	na	14,73	na	na	na
Expiradas durante o exercício social	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Valor justo das opções na data da outorga	na	na	na	22,35	na	na	5,07	5,61	Lote A: 14,73 Lote B: 24,25	22,35	na	na
Diluição pontencial no caso do exercício de todas as opções	na	na	na	0,00%	na	na	8,35%	0,00%	0,00%	0,00%	na	na

### 13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

ANO 2020	Conselho de Administração						Diretoria Estatutária					
	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020
Programas Tenda S.A												
Nº total de Membros	10	9	6	7	7	7	9	10	10	11	12	15
Nº de membros remunerados	10	9	6	7	7	7	9	10.25	10	11	12	15
<b>Em relação às opções ainda não exercíveis</b>												
Quantidade	na	na	na	na	236.000	na	na	Lote B: 192.000	na	760.000	545.600	353.606
Data em que se tornarão exercíveis	na	na	na	na	31/01/2021	na	na	Lote B: 31/03/2021	na	31/01/2021	31/01/2022	31/01/2023
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na	na	31/03/2026	na	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	na	na	na	na	1 ano	na	na	25% das ações até 31/03/2026	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	0	0	0	na	na	na	0	0	0
Valor justo das opções no último dia do exercício social	na	na	na	0	0	0	na	1,95	na	0	0	0
<b>Em relação às opções exercíveis</b>												
Quantidade	na	na	na	na	na	na	5.651.023	Lote A: 48.000	na	na	na	na
Prazo máximo para exercício das opções	na	na	na	na	na	na	31/03/2024	31/03/2026	na	na	na	na
Prazo de restrição à transferência das ações	na	na	na	na	na	na	25% a 40% das ações até 31/03/2024	25% das ações até 31/03/2026	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na	1,22	1,49	na	na	na	na
Valor justo das opções no último dia do exercício social	na	na	na	na	na	na	1,22	1,49	na	na	na	na
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	na	na	na	na	na	na	1,22	1,49	na	na	na	na

### 13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

ANO 2020	Conselho de Administração						Diretoria Estatutária					
	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020
Programas Tenda S.A												
Nº total de Membros	10	9	6	7	7	7	9	10	10	11	12	15
Nº de membros remunerados	1	3	6	7	7	7	9	10,25	10	11	12	15
<b>Em relação às opções exercidas informar:</b>												
Número de ações	na	na	na	na	na	na	1.060.934	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na	10,14	na	na	na	na	na
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	na	na	na	na	na	na	21,42	na	na	na	na	na
<b>Em relação às ações entregues informar:</b>												
Número de ações	na	na	na	289.060	na	na	na	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de aquisição	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na

ANO 2019	Conselho de Administração						Diretoria Estatutária					
	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020
Programas Tenda S.A												
Nº total de Membros	10	8,92	6,08	7	7	na	8,75	10,25	9,89	10,83	12	na
Nº de membros remunerados	0,67	2,67	6,08	7	7	na	8,75	10,25	9,89	10,83	12	na
<b>Em relação às opções exercidas informar:</b>												
Número de ações	na	na	na	na	236000	na	30.000	na	52.773	na	545.600	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na	5,07	na	14,73	na	na	na
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	na	na	na	na	na	na	614.792	na	581.031	na	na	na
<b>Em relação às ações entregues informar:</b>												
Número de ações	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de aquisição	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na

ANO 2018	Conselho de Administração						Diretoria Estatutária					
	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020	2014	2016	2017 (MIG)	2018	2019	2020
Programas Tenda S.A												
Nº total de Membros	10	8,92	6,08	7	na	na	8,75	10,25	9,89	10,83	na	na
Nº de membros remunerados	0,67	2,67	6,08	7	na	na	8,75	10,25	9,89	10,83	na	na
<b>Em relação às opções exercidas informar:</b>												
Número de ações	na	na	na	na	na	na	30.000	na	52.773	na	na	na
Preço médio ponderado de exercício	na	na	na	na	na	na	5,07	na	14,73	na	na	na
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	na	na	na	na	na	na	614.792	na	581.031	na	na	na
<b>Em relação às ações entregues informar:</b>												
Número de ações	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Preço médio ponderado de aquisição	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na

### **13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - método de precificação do valor das ações e das opções**

As opções de compra de ações e ações restritas outorgadas conferem aos Beneficiários Tenda o direito de subscrever ações ordinárias no capital social da Companhia, após períodos que variam entre três e dez anos de permanência no quadro de empregados ou administradores da Companhia (condição essencial para o exercício da opção). As ações outorgadas no plano de opção de compra de ações expiram após o período aproximado de dez anos da data da outorga.

O valor justo das opções de compra de ações e ações restritas é estabelecido na data de outorga, sendo que esse é reconhecido como despesa no resultado (em contrapartida ao patrimônio líquido) durante o período de carência do programa.

#### **a. modelo de precificação**

##### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das opções outorgadas aos Beneficiários Tenda dos planos é o Modelo Black-Scholes, conforme detalhado a seguir.

##### Modelo Black-Scholes

O modelo Black Scholes, método mais popular para avaliação do valor de opções de ações, utiliza como premissas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

##### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das ações restritas outorgadas aos Beneficiários Tenda dos planos é o Modelo Monte Carlo, conforme detalhado a seguir.

##### Modelo Monte Carlo

O modelo Monte Carlo, mais aderente para o plano de outorga de ações restritas por analisar cenários futuros, utiliza como premissas: o preço na outorga, o preço de exercício, o prazo de carência, a volatilidade do preço das ações, o percentual de dividendos distribuídos e a taxa livre de risco.

#### **b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

##### *Data de cálculo*

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções e ações restritas devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do programa correspondente).

#### *Preço médio ponderado das ações*

O preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do plano de opção de compra de ações, teve como base a avaliação da Companhia realizada por banco independente no momento da outorga, conforme a regra do plano, considerando que a Companhia não possuía ações negociadas em bolsa no momento da aprovação dos Programas Tenda vigentes.

O preço de referência das ações restritas outorgadas no âmbito do plano de outorga de ações restritas, teve como base o seu valor de mercado, visto que possuía ações negociadas em bolsa no momento da aprovação do programa vigente.

#### *Preço de exercício*

##### Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O preço de exercício das opções de compra outorgadas pela Companhia, a ser pago pelos respectivos Beneficiários Tenda, poderá ter seu valor reduzido pelo valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir de data da outorga até a data do efetivo exercício da opção ordinária. Se o preço do exercício, após os abatimentos, for superior ao valor do preço de mercado, o plano estabelece a possibilidade do Conselho de Administração outorgar Opções Adicionais Tenda, podendo os Beneficiários Tenda exercerem a opção de compra pelo valor de R\$ 0,01 (um centavo).

##### Plano de Outorga de Ações Restritas

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência, os Beneficiários Tenda recebem as ações sem custo de exercício, desde que cumpridos todos os requisitos estabelecidos no plano.

#### *Prazo de vida da opção*

##### Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 5 a 6 anos a contar da data em que o lote se tornou exercível, ou seja, além do prazo de carência.

##### Plano de Outorga de Ações Restritas

O prazo contratual para transferência de ações restritas é de 3 anos para as ações outorgadas aos Diretores e de 1 ano aos membros do Conselho de Administração, sempre a contar da data de outorga.

#### *Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)*

Não foi considerada taxa de distribuição de dividendos na precificação das opções e ações restritas, refletindo a falta de histórico e a não previsibilidade sobre o tema no momento do cálculo.

### *Taxa de juros livre de risco*

A taxa livre de risco foi obtida junto à B3 e se referem a taxa curva DI na respectiva data de outorga.

### **c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

#### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

Considera-se empiricamente que a parte das opções possam ser exercidas antecipadamente por parte dos titulares em relação ao prazo de vida da opção. Este comportamento se deve a diversos motivos, como por exemplo, a necessidade de liquidez pessoal e a impossibilidade de proteção patrimonial (*hedge*).

Neste sentido, de modo a incorporar essa particularidade, a Companhia adotou a premissa de que as opções serão exercidas em um prazo médio calculado entre a data de *vesting* e o prazo máximo de exercício das opções outorgadas.

#### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

Não aplicável. Por se tratar de plano de outorga de ações restritas, ao final do período de carência, os Beneficiários Tenda recebem as ações em até 60 dias, desde que cumprido todos os requisitos estabelecidos no plano.

### **d. forma de determinação da volatilidade esperada**

#### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice Imobiliário da B3 (IMOB).

#### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do Índice da própria ação (TEND3).

### **e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

#### *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações*

Período de carência ("vesting period")

Durante o período de carência, as opções não podem ser exercidas pelos Beneficiários Tenda. Essa condição foi incluída nos cálculos ao tratarmos as opções como do tipo europeia (que somente podem ser exercidas a partir de uma certa data), enquanto ainda não incorporadas.

Após a incorporação, as opções passam a ser do tipo americana (isto é, exercíveis a qualquer momento até um prazo final extintivo).

#### Restrição para venda ("lock-up")

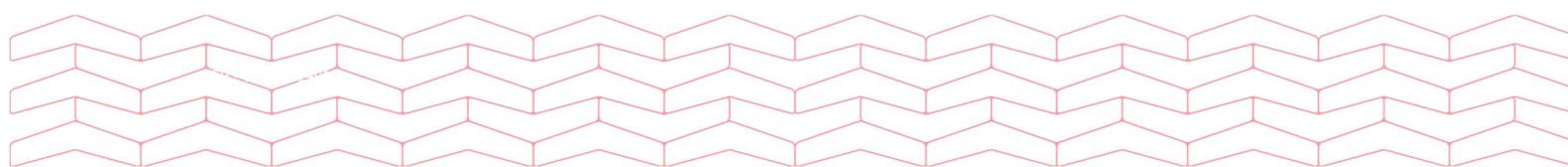
Contratualmente, existe uma restrição para a venda de parte das ações adquiridas mediante o exercício das opções. Esta restrição, também denominada período de lock-up, tem duração de 10 anos a partir da data de outorga, e de 5 a 6 anos a partir das datas de *vesting*, conforme as condições específicas de cada Programa.

Essa restrição implica na diminuição do valor das ações para o Beneficiário Tenda, tendo em vista que as ações são ilíquidas no momento do exercício das opções. De forma a considerar essa característica, foi aplicado um desconto por falta de liquidez no preço das ações pelo método da "protective put".

#### *Plano de Outorga de Ações Restritas*

##### Métricas de Desempenho

O plano de outorga de ações restritas considera cenários de probabilidade do atingimento das métricas de desempenho, descritas no item 13.4, para a quantidade das ações restritas outorgadas, através do método Monte Carlo, em que são avaliados com base em dados históricos.



**13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

<b>Órgão</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>%</b>
Conselho de Administração	499.088	0,478%
Diretoria Estatutária	595.890	0,571%
Conselho Fiscal	3.296	0,003%
<b>TOTAL</b>	<b>1.098.274</b>	<b>1,046%</b>

**13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, considerando que não foram conferidos aos membros do Conselho de Administração e Diretores estatutários quaisquer planos de previdência.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

ANO 2020	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Nº total de Membros	7	7	7	10,83	12	14,75	2	3	3
Nº de membros remunerados	7	7	7	10,83	12	14,75	2	3	3
Valor da maior remuneração (R\$)	878.833,00	1.013.271,54	942.893,97	7.933.860,00	5.755.276,78	6.877.419,51	-	58.613,64	62.279,25
Valor da menor remuneração (R\$)	644.884,00	723.765,38	673.506,53	623.749,00	944.233,97	540.801,63	-	58.613,64	62.279,25
Valor médio da remuneração (R\$)	705.155,00	815.791,00	691.144,00	2.337.034,00	1.782.777,00	1.830.923,02	68.343,00	58.613,64	74.735,1

Diretoria Estatutária	
<b>21/12/2018</b>	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas da Diretoria Estatutária (custo contábil).</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>
<b>21/12/2019</b>	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas da Diretoria Estatutária (custo contábil).</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>
<b>21/12/2020</b>	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa, variável de curto prazo, benefícios e incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações e de ações restritas da Diretoria Estatutária (custo contábil).</p> <p>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</p> <p>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</p> <p>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão</p>

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>31/12/2018</b>	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de outorga de ações restritas do Conselho de Administração. (custo contábil).</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</li> <li>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</li> <li>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</li> </ol>
<b>31/12/2019</b>	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de outorga de ações restritas do Conselho de Administração. (custo contábil).</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</li> <li>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</li> <li>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</li> </ol>
<b>31/12/2020</b>	<p>Os valores apresentados acima referem-se à remuneração fixa e incentivos de longo prazo, baseados em programas de outorga de ações restritas do Conselho de Administração. (custo contábil).</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Valor da maior remuneração: Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.</li> <li>2. Valor da menor remuneração: Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.</li> <li>3. Valor médio da remuneração: Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros remunerados no período em questão.</li> </ol>
<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2018</b>	<p>O Conselho Fiscal foi descontinuado em abril de 2017 e constituído novamente em maio de 2018. Não constam os valores de 2018 por não ter tido nenhum membro que tenha permanecido 12 meses no órgão.</p>

### **13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não aplicável, considerando que não foram celebrados arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Adicionalmente, a Companhia não celebrou compromisso de indenidade que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

**13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais a Companhia não possuía administradores ou membros do Conselho Fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

**13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

### 13.16 Outras informações relevantes

#### **Sobre o Programa de Remuneração Baseada em Ações:**

Os valores apresentados como incentivos de longo prazo, baseados em programas de opção de compra de ações, refletem o custo contábil de todos os programas outorgados até a data deste Formulário de Referência que ainda estejam sendo amortizados e, portanto, apresentados em nossas demonstrações financeiras. Estes valores são calculados no momento da outorga e cada plano segue um modelo de precificação específica: Modelo Black-Scholes para o plano de outorga de opção de compra de ações, e Modelo Monte Carlo para o plano de outorga de ações restritas. Os custos calculados são amortizados ao longo do tempo (em sua maioria, 4 anos).

#### **Sobre alterações na quantidade de ações e preço de exercício do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia:**

- a. Em reunião do conselho de administração realizada em 02 de fevereiro de 2016, o preço de exercício das opções outorgadas no Programa Tenda 2014 foi ajustado de R\$ 0,77 para R\$ 0,85, de forma a refletir corretamente o valor de avaliação da Companhia, conforme apurado por banco independente no momento de aprovação do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia.
- b. Em reunião do conselho de administração realizada em 22 de novembro de 2016, considerando a necessidade de se adequar o número de ações utilizado como base para as outorgas de opções dos Programas Tenda e, ainda, a necessidade de se refletir em referido o grupamento de ações da Companhia, o Conselho determinou:
  - i. O ajuste do número de ações objeto do plano de outorga de opção de compra de ações de 46.773.302 para 6.000.00 ações
  - ii. O ajuste do número de ações objeto dos Programas Tenda à razão de 7,79555:1
  - iii. O ajuste do preço de exercício do Programa de 2014 de R\$ 0,85 para R\$ 6,63 por ação; e
  - iv. O ajuste do preço de exercício do Programa de 2016 de R\$ 0,88 por ação para R\$ 6,86 por ação.
- c. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2016, foi aprovada uma redução de capital de R\$100.000.000,00 em favor da então controladora Gafisa, impactando posteriormente o preço de exercício das opções outorgadas nos Programas de 2014 e de 2016, conforme previsto em suas regras, como detalhado a seguir:
  - i. Programa de 2014: Para refletir a redução societária no *valuation* utilizado como base para definição do preço de exercício, o valor de R\$ 100 milhões descontado por juros + TR acumulado no período foi subtraído da avaliação inicial, alterando como consequência o preço de exercício de cada opção de R\$ 6,63 para R\$ 5,07.
  - ii. Programa de 2016: Para refletir a redução societária no *valuation* utilizado como base para definição do preço de exercício no momento da outorga, o valor de

- R\$ 100 milhões descontado pelo CDI acumulado no período foi subtraído da avaliação inicial, alterando como consequência o preço de exercício de cada opção de R\$ 6,86 para R\$ 5,61.
- d. Em reunião de conselho realizada em 12 de dezembro de 2018, foi aprovada distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas outorgados no âmbito do plano de outorga de Opção de Compra de Ação como detalhado a seguir:
- i. Programa de 2014: Preço de exercício de R\$ 5,07 para R\$ 4,56;
  - ii. Programa de 2016: Preço de exercício de R\$ 5,61 para R\$ 5,10; e
  - iii. Programa de 2017 – Migração: Preço de exercício de R\$ 24,25 para R\$ 23,74.
- e. Em reunião do conselho realizada em 25 de março de 2019, foi aprovada o desdobramento de ações afetando o preço do exercício, bem como a quantidade de ações outorgadas no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:
- i. Programa de 2014: Quantidade de opções outorgadas passou de 5.010.000 para 10.020.000, e o preço do exercício passou de R\$ 4,56 para R\$ 2,28;
  - ii. Programa de 2016: Quantidade de opções outorgadas passou de 120.000 para 240.000 e o preço do exercício passou de R\$ 5,10 para R\$ 2,55; e
  - iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.
- f. Em reunião do Conselho realizada em 10 de maio de 2019, foi aprovada distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:
- i. Programa de 2014: Preço de exercício de R\$ 2,28 para R\$ 2,14;
  - ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R\$ 2,55 para R\$ 2,41; e
  - iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.
- g. Em reunião do Conselho realizada em 25 de junho de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:
- i. Programa de 2014: Preço do exercício de R\$ 2,14 para R\$ 2,02;
  - ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R\$ 2,41 para R\$ 2,29; e
  - iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.
- h. Em reunião do Conselho realizada em 23 de agosto de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:
- i. Programa de 2014: Preço do exercício de R\$ 2,02 para R\$ 1,84;
  - ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R\$ 2,29 para R\$ 2,11; e
  - iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.

- i. Em reunião do Conselho realizada em 22 de novembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos afetando o preço do exercício dos Programas Tenda outorgados no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações, como detalhado a seguir:
  - i. Programa de 2014: Preço do exercício de R\$ 1,84 para R\$ 1,68;
  - ii. Programa de 2016: Preço do exercício de R\$ 2,11 para R\$ 1,95; e
  - iii. Programa de 2017 – Migração: Todas as ações já haviam sido exercidas a época da reunião.

**Sobre a tratativa adotada para as ações outorgadas pela Gafisa S.A aos administradores da companhia enquanto controladora**

Programa Gafisa S.A. Tradicional 2012 e Programa Gafisa S.A Tradicional 2013: Os programas foram substituídos pelo Programa de 2017 – Migração, no qual os beneficiários de tais programas tiveram suas opções substituídas por opções de compra de ações da Companhia, em condições de equivalência de direito econômico. As informações sobre esse programa foram detalhadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência. Os valores apresentados não representam ganhos aferidos pelos beneficiários, já que conforme citado acima, são calculados no momento da outorga e não são ajustados pelo comportamento do mercado de capitais, regras de vesting, etc.

## Anexo IV

Informações sobre membros do Conselho de Administração Indicados  
(Conforme artigo 10, da Instrução CVM 481 -Informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRADO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO		CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
<b>CASO O CANDIDATO TENHA OCUPADO O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCAL, INDICAR O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADA PELO ÓRGÃO DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO.</b>					
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.</b>					
CLAUDIO CARVALHO ANDRADE	JOSE DE	03/10/1966	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DE 30/04/2021	ATÉ AGO 2023
595.998.045-20	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	DE	PRESIDENTE CONS. DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2021	N/A
SIM	2		NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA	100%	
<p>Claudio Andrade é presidente do Conselho de Administração da Tenda. É sócio da Polo Capital Gestão de Recursos e de várias outras empresas de gestão e ativos imobiliários que fazem parte do portfólio de empresas da Polo. Também é membro do Conselho de Administração da Casa e Video Rio de Janeiro S.A., empresa de varejo. É formado em Administração de Empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Claudio Andrade em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Claudio Andrade tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. possui 10,07% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V8, atualizado em 01/03/2021.</p> <p>Crítérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.</p>					

### **Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRATIVO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO		CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE INDEPENDÊNCIA.				CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS	DE
MAURICIO LUCHETTI	LUIS	29/12/1958	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2021	ATÉ AGO 2023
238.595.985-20	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS		CONSELHO DE ADM. INDEPENDENTE (EFETIVO)	30/04/2021	N/A
SIM	2		MEMBRO DO COMITÊ DE PESSOAS	100,00%	

Mauricio Luchetti é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas da Tenda. Também é vice-presidente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Gente e Governança da Estácio Participações S.A., membro dos Conselhos Consultivos da Stefanini IT e da Grand Cru, e, desde 2007, é sócio da Galícia Investimentos. Entre outros cargos que ocupou, atuou como diretor de Gente e Gestão e diretor regional de Operações da Brahma (Ambev), onde trabalhou por 18 anos, onde também foi Chief Operating Officer (COO) Brasil na Votorantim Cimentos e Diretor na holding Votorantim S.A. Foi membro dos Conselhos de Administração de diversas companhias abertas, como Taesa Energia, Tempo Assist, JBS, Mangels e Nutriplant. É formado em Administração de Empresas pela PUC-RJ, pós-graduado em Finanças e RH no IAG da PUC-RJ, e fez cursos de extensão em Administração pela Darden School of Business da Universidade da Virgínia e pelo INSEAD.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Mauricio Luchetti em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Mauricio Luchetti tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Crítérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

#### **Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

#### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRADO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO		CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
<b>CASO O CANDIDATO TENHA OCUPADO O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCAL, INDICAR O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADA PELO ÓRGÃO DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO.</b>					
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.</b>					
MARIO MELLO FREIRE NETO	03/10/1966		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2021	ATÉ AGO 2023
129.392.388-55	ENGENHEIRO CIVIL		CONSELHO DE ADM. INDEPENDENTE (EFETIVO)	30/04/2021	N/A
SIM	2		MEMBRO DO COMITÊ DE PESSOAS	100,00%	
<p>Mario Mello é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas da Tenda. É sócio-fundador e presidente da instituição Poder do Voto. É membro do Conselho Consultivo da Valor Capital Group e membro do Conselho de Administração da Track&amp;Field. Foi diretor-geral para a América Latina na Paypal, membro dos Conselhos de Administração da ContaAzul, da Alelo e da Cielo, e ocupou posições executivas na Visa, Bank of Boston e ABN AMRO Bank. É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com especialização pela Harvard Business School.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Mario Mello em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Mario Mello tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>Crítérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.</p>					

**Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRATIVO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO		CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE INDEPENDÊNCIA.				CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE	
FLAVIO UCHÔA TELES DE MENEZES	18/12/1969		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2021	ATÉ AGO 2023
152.597.248-01	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	DE	CONSELHO DE ADM. INDEPENDENTE (EFETIVO)	30/04/2021	N/A
SIM	2		PRESIDENTE DO COMITÊ FINANCEIRO	100,00%	

Flávio Menezes é membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Tenda. É diretor na gestora Pátria Investimentos, onde é responsável por investimentos em companhias abertas. Foi sócio-fundador da empresa de asset management Mainstay Capital, sócio da GPS Planejamento Financeiro, sócio-fundador, CEO e membro do Conselho de Administração da MundoMedia S.A e sócio e head de gestão de renda variável do Banco Patrimônio de Investimentos. É formado em Administração de Empresas pela EAESP da Fundação Getúlio Vargas e MBA pela Booth School of Business da Universidade de Chicago.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Flávio Menezes em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Flávio Menezes tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Pátria Investimentos Ltda. detém 10,35% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V8, atualizado em 01/03/2021.

Crítérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

#### **Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

#### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRATIVO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO		CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE INDEPENDÊNCIA.			CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE		
RODOLPHO AMBOSS	10/05/1963		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2021	ATÉ AGO 2023
742.664.117-15	ENGENHEIRO CIVIL		CONSELHO DE ADM. INDEPENDENTE (EFETIVO)	30/04/2021	N/A
SIM	2		PRESIDENTE DO COMITÊ DE PESSOAS	100,00%	

Rodolpho Amboss é membro do Conselho de Administração e presidente do Comitê de Pessoas da Tenda. Também é sócio-fundador e diretor executivo da Silverpeak Real Estate Partners, empresa de administração e gestão de fundos globais de investimento imobiliário. É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado em Administração de Empresas pela Booth School of Business da Universidade de Chicago.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Rodolpho Amboss em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Rodolpho Amboss tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Crítérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

#### **Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

#### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRADO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO		CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE INDEPENDÊNCIA.			CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE		
ANTONOALDO GRANGEON TRANCOSO NEVES	05/03/1975		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2021	ATÉ AGO 2023
882.494.845-68	ENGENHEIRO CIVIL		CONSELHO DE ADM. INDEPENDENTE (EFETIVO)	30/04/2021	N/A
SIM	0		NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA	N/A	
<p>Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves foi CEO da TAP Portugal entre 2017 e 2020. Anteriormente foi Presidente da Azul Linhas Aéreas entre 2014 e 2017 e sócios e líder das práticas de Infraestrutura e Real State na McKinsey Brasil entre 2012 e 2014. É graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Possui pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Mestrado em Administração pela The Darden Graduate School of Business. Além disso é membro independente do Conselho de Administração do Grupo Ânima desde 2019 e foi membro independente do Conselho de Administração da Infraero entre 2011/2012.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Antonoaldo Neves tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.</p> <p>Crítérios de Independência: Conselheiro Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.</p>					

**Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRATIVO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO		CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE INDEPENDÊNCIA.			CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE		
MICHELE CORROCHANO ROBERT	05/11/1977		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2021	ATÉ AGO 2023
234.245.078-81	ENGENHEIRA		CONSELHO DE ADM. INDEPENDENTE (EFETIVO)	30/04/2021	N/A
SIM	0		NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA	N/A	

Michele Corrochano Robert é atualmente Presidente da Gerdau Summit, uma JV da Gerdau, Sumitomo Stell e JSW). Entre 2019 e 2020 atuou como Gerente Geral para o Brasil na Stericycle Brasil e entre 2015 e 2019 atuou como Diretora de Supply Chain para a América Latina e Presidente para a América Latina na GE – Power Conversion Division. Michele é graduada em Engenharia Industrial e de Sistemas pela University of Florida e em Administração de Cadeia de Suprimentos pela University of Michigan.

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Michele Robert em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que a Sra. Michele Robert tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

Crítérios de Independência: Conselheira Independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

#### **Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

#### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

### Anexo V

#### Informações sobre membros do Conselho Fiscal Indicados

(Conforme artigo 10, da Instrução CVM 481 -Informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

NOME	DATA DE NASCIMENTO	ÓRGÃO ADMINISTRADO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO	CARGO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
<b>CASO O CANDIDATO TENHA OCUPADO O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCAL, INDICAR O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADA PELO ÓRGÃO DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO.</b>				
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.</b>				
JOSE LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO	23/05/1957	CONSELHO FISCAL	30/04/2021	ATÉ A AGO DE 2022
007.769.948-32	ECONOMISTA	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS	30/04/2021	N/A
N/A	0	NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA.	N/A	

José Luiz Ribeiro de Carvalho é Diretor do GLENIF - Grupo Latino de Estudos das Normas Internacionais de Contabilidade, onde ingressou em outubro de 2019. Foi sócio da KPMG até o ano de 2017. Experiência profissional de mais de 37 anos em auditoria independente, sua atuação além da liderança em projetos de auditoria se dá nas áreas de Governança Corporativa, notadamente em órgãos como Comitês de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Assessoria nas áreas de relatórios financeiros. É graduado em Economia e Ciências Contábeis pela FMU e FET em 1981 e 1985 respectivamente e mestrado em Contabilidade Financeira pela FECAP com previsão para conclusão em meados de 2021.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho em entidades do terceiro setor.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

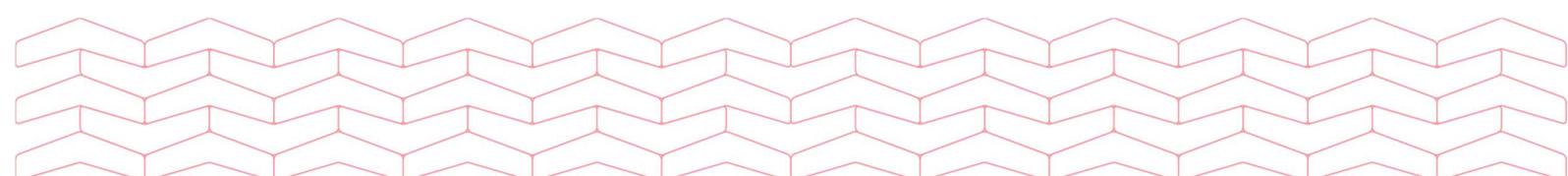
A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.



NOME	DATA DE NASCIMENTO	ÓRGÃO ADMINISTRATIVO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO	CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.</b>				
LAERCIO LAMPIASI	03/11/1960	CONSELHO FISCAL	30/04/2021	ATÉ A AGO DE 2022
044.065.058-57	CONTADOR	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS	30/04/2021	N/A
N/A	3	NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA.	100%	

Laércio Lampiasi é membro titular do Conselho Fiscal da Tenda. É gerente de planejamento tributária da Gafisa S.A., onde trabalha desde 2001. Iniciou a carreira como estagiário na PRODAM, empresa de processamento de dados da Prefeitura do Município de São Paulo. Também atuou na União Associação Brasileira de Pecúlios (de 1982 a 1986), na Arcesp Previdência Privada (de 1986 a 1987) e na Reichhold S.A. (de 1988 a 2001). É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e pós-graduado em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Gestão Empresarial pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP).

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Laércio Lampiasi em entidades do terceiro setor.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Laércio Lampiasi tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO	DE	CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.					
FÁBIO ANTÔNIO PEREIRA	16/07/1967		CONSELHO FISCAL	30/04/2021	ATÉ A AGO DE 2022
105.056.268-29	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS		C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS	30/04/2021	N/A
N/A	3		NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA.	100%	

Fábio Pereira é membro titular do Conselho Fiscal da Tenda. É CFO da Armco do Brasil S.A. É também membro do Conselho Fiscal da Multiner S.A. e da Mesa Participações S.A., empresas do ramo de energia. Iniciou a carreira na Arthur Andersen, onde permaneceu de 1989 a 2003, tendo posteriormente atuado na Deloitte. Posteriormente, foi diretor de Controladoria, Tributário e de Controles Internos em diversas empresas, tais como Grupo SBF (Lojas Centauro), Gafisa, Gol e Cosern (Grupo Neoenergia). Foi CFO da ID&T e do Grupo Fast Solutions. É graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP), e possui MBA em Gestão de Negócios pela FGV-RJ.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Fábio Pereira em entidades do terceiro setor.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Fábio Pereira tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

#### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO	DE	CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.					
CARLOS EDUARDO PARENTE DE OLIVEIRA ALVES	20/06/1977	DE	CONSELHO FISCAL	30/04/2021	ATÉ A AGO DE 2022
079.968.627-10	ENGENHEIRO		C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS	30/04/2021	N/A
N/A	0		NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA.	N/A	

Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves é sócio da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., onde atua na área de gestão desde abril de 2003. Iniciou sua carreira em 2000 no Banco UBS como Analista de ações para setor elétrico e de saneamento. É graduado em Engenharia de Produção Elétrica pela PUC-Rio.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves em entidades do terceiro setor.

A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. possui 10,07% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V8, atualizado em 01/03/2021.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.



NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO	DE	CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
<b>EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/DECLARAÇÕES SOBRE CONDENAÇÕES/CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA.</b>					
EDSON TORQUATO DA SILVA	01/02/1977		CONSELHO FISCAL	30/04/2021	ATÉ A AGO DE 2022
256.683.018-50	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS E CONTADOR		C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS	30/04/2021	N/A
N/A	3		NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA.	100%	

Edson Torquato da Silva é membro suplente do Conselho Fiscal da Tenda. É gerente contábil e fiscal da Guerbet Produtos Radiológicos Ltda. Foi contador da Zoetis Brasil, coordenador de controladoria da Natura e contador da Gafisa S.A. É graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Braz Cubas e Pós-Graduado em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Edson Torquato da Silva em entidades do terceiro setor.

Nenhuma das sociedades acima possui participação relevante no capital da Companhia, é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia, ou faz parte do seu grupo econômico.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Edson Torquato da Silva tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.



NOME	DATA DE NASCIMENTO	DE	ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO:	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
CPF	PROFISSÃO		CARGO ELETIVO OCUPADO:	DATA DE POSSE	ELEITO PELO CONTROLADOR?
MEMBRO INDEPENDENTE?	NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS:	DE	OUTROS CARGOS E FUNÇÕES EXERCIDAS NO EMISSOR:	% DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (DESDE SUA POSSE)	
RENATO JUSTO STIVANIN	28/06/1985		CONSELHO FISCAL	30/04/2021	ATÉ A AGO DE 2022
327.805.238-24	ECONOMISTA		C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS	30/04/2021	N/A
N/A	3		NÃO EXERCE OUTROS CARGOS E FUNÇÕES NA COMPANHIA.	100%	

Renato Justo Stivanin é membro suplente do Conselho Fiscal da Tenda. É vice-presidente na Pátria Investimentos, onde é responsável pela diligência, modelagem financeira e desenvolvimento de teses de investimentos. Foi analista de investimentos na Ujay Capital e no Barclays Capital. É graduado em Economia pela FEA-USP.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Renato Justo Stivanin em entidades do terceiro setor.

A Pátria Investimentos Ltda. detém 10,35% do capital social da Companhia, conforme última atualização do Formulário de Referência V8, atualizado em 01/03/2021.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Renato Justo Stivanin tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.**

Não aplicável, uma vez que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre o candidato e administradores da Companhia, controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, ou administradores de sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

Não aplicável, uma vez que não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre o candidato e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia, controlador direto ou indireto da Companhia, ou fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da Companhia, de sociedade controlada ou controladora ou sociedades controladas de alguma dessas pessoas.

